

Relatório & Contas

1º Semestre

2022

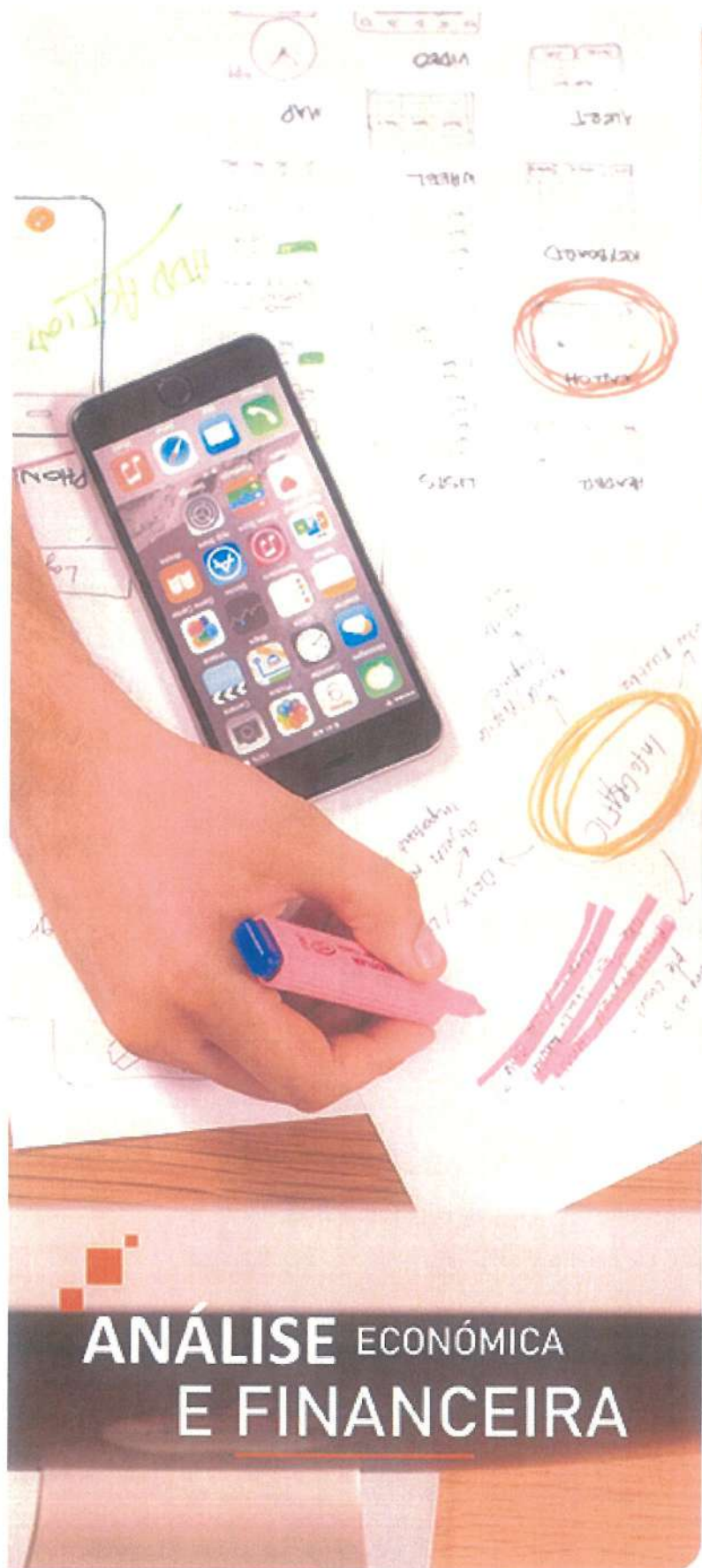
oeirasviva.pt



Handwritten initials or marks in the top right corner.



Relatório e Contas
1º Semestre 2022



B.1

Desempenho Económico 2021-2022

A Oeiras Viva encerra o primeiro semestre de 2022 com um Resultado Líquido positivo, de 98.613€. Em igual período de 2021, este resultado fixou-se no montante negativo de 281.601€, registando-se uma evolução positiva, face ao período homólogo de 2021 de 135%.

Os Gastos Totais atingiram em 2022 o montante de 1.720.619€ representando um incremento de 12%, quando comparado com igual período de 2021. Em linha com o aumento da atividade de 46% dos Rendimentos Totais, os quais totalizaram o valor de 1.826.939€.

O incremento dos Gastos decorre essencialmente do crescimento de 17% da rubrica “Fornecimento e Serviços Externos”. Por seu lado os Rendimentos Totais inscrevem um aumento assente basicamente, no acréscimo das “Vendas” (em 91%) e das “Prestações de Serviços” (em 64%).

Se atendermos a que, o exercício económico de

2021 foi revestido de alguma atipicidade (perturbado pelo fenómeno pandémico – COVID 19 que implicou a suspensão das atividades desenvolvidas pelas diversas unidades de negócio da Oeiras Viva, entre 15 Janeiro e 3 Maio de 2021) e que o ano de 2019 foi o último exercício económico que decorreu dentro da “normalidade”, a análise comparativa da performance dos resultados económicos exige que a mesma seja efetuada entre os dois exercícios “normais” i.é, entre 2019 e 2022. O Quadro 1. explana a análise comparativa da demonstração de resultados dos três exercícios económicos e destaca a supremacia da performance de 2022, ao atingir o Resultado Líquido superior em 822%, face a 2019.



~~Handwritten mark~~
Handwritten mark
Handwritten checkmark

ÍNDICE

A

Nota Introdutória p.4

B

Análise Económica e Financeira

- B 1** Desempenho Económico 2021-2022 p.6
- B 2** Análise Exploração p.8
- B 3** Indicadores Financeiros p.13

C

Anexos

- ANEXO 1. Demonstrações Resultados - Por Unidade Negócio p.15
- ANEXO 2. Anexo às demonstrações financeiras e Parecer ROC p.23



A.

NOTA INTRODUTÓRIA

A Oeiras Viva implementou, no exercício económico de 2022, uma nova dinâmica de gestão a qual começa já, a granjear sinais positivos.

A gestão das pessoas foi a tônica e a premissa maior, seguiu-se a aposta na melhoria dos processos e na implementação de novos, o que permitiu uma melhor otimização dos recursos da empresa.

A comunicação organizacional interna e externa está a ser desenvolvida e é outra das apostas prementes, como forma de maximizar as sinergias entre elas.

A reformulação dos meios tecnológicos da empresa está identificada como um desafio a levar por diante, ao longo dos próximos períodos.

A realidade de hoje mostra-nos o quanto necessitamos da comunicação. A conexão entre todos e a tudo, é uma verdadeira constatação de que ambas, comunicação e tecnologia, influenciam as vidas pessoais e organizacionais.

A aposta nos resultados, não passa apenas pelo alcance de resultados quantitativos, representando este apenas um fim. A aposta tem sido na implementação da qualidade como o meio para atingir os resultados quantitativos. Ganhos de quantidade, estão implícitos na obtenção da renovação do galardão de certificação de qualidade, atribuído à Marina de Oeiras, as “5 âncoras de Ouro” - pela *Yach Harbour Association*. Esta atribuição baseia-se numa avaliação rigorosa, levada a cabo por especialistas externos na área da náutica, cujas valências focam principalmente as boas práticas implementadas na gestão da Marina e os parâmetros de qualidade, tanto a nível de infra-estruturas como dos serviços prestados.

Ainda na senda da qualidade, a Piscina Oceânica viu a sua qualidade, de serviços e de infra-estruturas, reconhecida ao obter o galardão de “*Pool Safe*”.

Cientes de que muito está por construir e de que novos e difíceis desafios esperam a equipa da Oeiras Viva, desde já a crise económica que já se agiganta, por via da inflação galopante fruto do aumento da fatura energética, o crescimento económico será o foco mas, sempre alicerçado no melhor fazer e no melhor servir tanto o nosso cliente interno, como o externo



Demonstração Resultados Consolidados

	2019 Ano "normal"	2021 Ano "Vacinação"	2022 Ano "normal"	Desv % 21-22	Desv % 19-22
61- CMVMC	69 293	60 809	92 807	53%	34%
62 - FSE	808 597	711 813	833 137	17%	3%
63 - Gastos Pessoal	648 123	711 586	744 467	5%	15%
64 - Gastos Dep. Amort.	47 590	43 154	41 113	-5%	-14%
65 - Perdas por Imparidade	0	0	0	N/A	N/A
67 - Provisões do Exercício	0	0	0	N/A	N/A
68 - Outros Gastos e Perdas	11 324	3 147	7 345	133%	-35%
69 - Gastos e Perdas Financeiras	814	669	1 748	161%	115%
GASTOS Total	1 585 740	1 531 178	1 720 619	12%	9%
71 - Vendas	54 009	51 660	98 638	91%	83%
72 - Prestação Serviços	1 355 783	827 189	1 352 929	64%	0%
751 - Sub. Explor Contr. Programa CMO	163 637	356 883	356 898	0%	118%
76 - Reversões	300	0	0	N/A	-100%
781 Rendim. Suplementares	15 166	6 851	11 906	74%	-21%
788- Imputação Subsídios p/ Investimento	14 740	7 534	6 568	-13%	-55%
79 - Juros e Dividendos	0	0	0	N/A	N/A
RENDIMENTOS Total	1 603 635	1 250 116	1 826 939	46%	14%
Imposto s/Rendim. Exercício	7 195	-540	-7 707	-93%	-207%
RESULTADO LÍQUIDO	10 700	-281 601	98 613	135%	822%

Quadro 1. Demonstração Resultados Consolidados 2019-2022

B. 2

Análise Exploração

*Desporto

Handwritten initials and a checkmark.

Em euros

	P.Turismo		Marketing		Pisc. Oceânica		Porto de Recreio		Palácio Flor da Murta		Aud. M. Ruy de Carvalho	
	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022
VOLUME NEGÓCIOS	72 125	74 627	0	3	62 785	112 866	458 233	597 335	25 147	28 144	34 278	87 518
SUB. EXPLORAÇÃO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RENDIMENTOS TOTAIS	72 210	74 628	0	18	68 315	120 555	459 718	599 937	25 233	28 175	38 380	92 781
GASTOS TOTAIS	82 954	72 810	0	36 216	157 197	170 566	303 839	342 190	38 082	45 749	61 232	100 046
RESULTADO LIQUIDO	-10 744	1 818	0	-36 198	-88 882	-50 012	155 879	257 747	-12 849	-17 574	-22 852	-7 264

Quadro 2. Evolução das rubricas de Exploração 1º semestre 2021-2022



Em euros

	Pisc. Outurela		Pisc. Barcarena		Pisc. Linda-a-Velha		PD Carlos Queiroz		Pavilhões		C. Desp Porto Salvo	
	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022
VOLUME NEGÓCIOS	42 173	200 423	45 778	8 835	29 378	110 077	37 789	83 903	60 691	129 071	10 472	18 764
SUB. EXPLORAÇÃO	99 962	54 784	112 247	37 979	58 412	34 484	19 060	48 665	67 203	180 986	0	0
RENDIMENTOS TOTAIS	144 020	257 200	158 114	46 816	88 047	144 762	56 934	132 611	128 588	310 606	10 557	18 807
GASTOS TOTAIS	180 538	279 791	140 639	92 370	142 218	144 199	72 016	75 001	314 006	325 963	38 457	35 669
RESULTADO LIQUIDO	-36 518	-22 591	17 475	-45 553	-54 171	562	-15 082	57 610	-185 418	-15 357	-27 900	-16 862

Quadro 3. Evolução das rubricas de Exploração 1º semestre 2021-2022 - Desporto

Handwritten initials and a checkmark.

*LAZER e CULTURA

Em euros

	Pisc. Outurela		Pisc. Barcarena		Pisc. Linda-a-Velha		P.Turismo		Marketing		PD Carlos Queiroz		Pavilhões		C. Desp Porto Salvo	
	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022
VOLUME NEGÓCIOS	42 173	200 423	45 778	8 835	29 378	110 077	72 125	74 627	0	3	37 789	83 903	60 691	129 071	10 472	18 764
SUB. EXPLORAÇÃO	99 962	54 784	112 247	37 979	58 412	34 484	0	0	0	0	19 060	48 665	67 203	180 986	0	0
RENDIMENTOS TOTAIS	144 020	257 200	158 114	46 816	88 047	144 762	72 210	74 628	0	18	56 934	132 611	128 588	310 606	10 557	18 807
GASTOS TOTAIS	180 538	279 791	140 639	92 370	142 218	144 199	82 954	72 810	0	36 216	72 016	75 001	314 006	325 963	38 457	35 669
RESULTADO LIQUIDO	-36 518	-22 591	17 475	-45 553	-54 171	562	-10 744	1 818	0	-36 198	-15 082	57 610	-185 418	-15 357	-27 900	-16 862



Em euros

	Pisc. Oceânica		Porto de Recreio		Palácio Flor da Murta		Aud. M. Ruy de Carvalho	
	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022
VOLUME NEGÓCIOS	62 785	112 866	458 233	597 335	25 147	28 144	34 278	87 518
SUB. EXPLORAÇÃO	0	0	0	0	0	0	0	0
RENDIMENTOS TOTAIS	68 315	120 555	459 718	599 937	25 233	28 175	38 380	92 781
GASTOS TOTAIS	157 197	170 566	303 839	342 190	38 082	45 749	61 232	100 046
RESULTADO LIQUIDO	-88 882	-50 012	155 879	257 747	-12 849	-17 574	-22 852	-7 264

Quadro 4. Evolução das rubricas de Exploração 1º semestre 2021-2022 Lazer e Cultura



*TURISMO e MARKETING

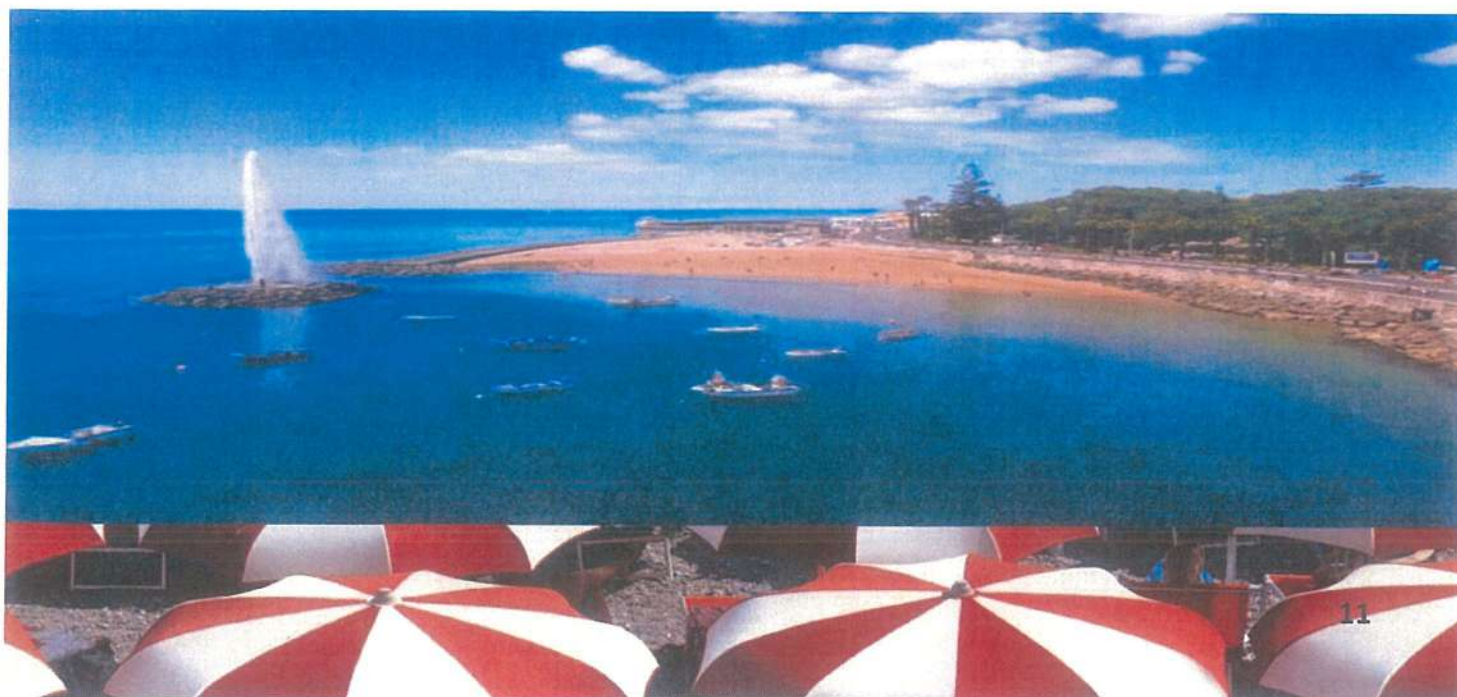
Em euros

	Pisc. Outurela		Pisc. Barcarena		Pisc. Linda-a-Velha		Pisc. Oceânica		Porto de Recreio		PD Carlos Queiroz		Pavilhões		C. Desp Porto Salvo		Palácio Flor da Murta		Aud. M. Ruy de Carvalho	
	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022
VOLUME NEGÓCIOS	42 173	200 423	45 778	8 835	29 378	110 077	62 785	112 866	458 233	597 335	37 789	83 903	60 691	129 071	10 472	18 764	25 147	28 144	34 278	87 518
SUB. EXPLORAÇÃO	99 962	54 784	112 247	37 979	58 412	34 484	0	0	0	0	19 060	48 665	67 203	180 986	0	0	0	0	0	0
RENDIMENTOS TOTAIS	144 020	257 200	158 114	46 816	88 047	144 762	68 315	120 555	459 718	599 937	56 934	132 611	128 588	310 606	10 557	18 807	25 233	28 175	38 380	92 781
GASTOS TOTAIS	180 538	279 791	140 639	92 370	142 218	144 199	157 197	170 566	303 839	342 190	72 016	75 001	314 006	325 963	38 457	35 669	38 082	45 749	61 232	100 046
RESULTADO LIQUIDO	-36 518	-22 591	17 475	-45 553	-54 171	562	-88 882	-50 012	155 879	257 747	-15 082	57 610	-185 418	-15 357	-27 900	-16 862	-12 849	-17 574	-22 852	-7 264

Em euros

	P.Turismo		Marketing	
	2021	2022	2021	2022
VOLUME NEGÓCIOS	72 125	74 627	0	3
SUB. EXPLORAÇÃO	0	0	0	0
RENDIMENTOS TOTAIS	72 210	74 628	0	18
GASTOS TOTAIS	82 954	72 810	0	36 216
RESULTADO LIQUIDO	-10 744	1 818	0	-36 198

Quadro 5. Evolução das rubricas de Exploração 1º Semestre 2021-2022 Turismo e Marketing





Execução Orçamental

Em Euros

	1º SEM		
	Orçam.22	Execução	Desv %
GASTOS			
61- CMVMC	64 000	92 807	45%
62 - FSE	882 229	833 137	-6%
63 - Gastos Pessoal	781 968	744 467	-5%
64 - Gastos Dep. Amort.	41 091	41 113	0%
65 - Perdas por imparidade	0	0	N/A
67 - Provisões do Exercício	0	0	N/A
68 - Outros Gastos e Perdas	716	7 345	926%
69 - Gastos e Perdas Financeiras	454	1 748	285%
GASTOS Total	1 770 458	1 720 619	-3%
RENDIMENTOS			
71 - Vendas	65 510	98 638	51%
72 - Prestação Serviços	1 501 001	1 352 929	-10%
751 - Sub. Explor Contr. Programa CMO	356 883	356 898	0%
76 - Reversões	0	0	N/A
781 Rendim. Suplementares	58 604	11 906	-80%
786+788- Imputação Subsídios p/ Investimento	5 222	6 568	26%
79 - Juros e Dividendos	0	0	N/A
RENDIMENTOS Total	1 987 220	1 826 939	-8%
Imposto s/Rendim. Exercício	-540	-7 707	
RESULTADO LÍQUIDO	217 302	98 613	-55%

Quadro 6. Execução Orçamental 2022

B.3

Indicadores Económicos e Financeiros

[Handwritten signature]
[Handwritten mark]
✓

Os Indicadores apresentados espelham uma evolução positiva e evidenciam uma melhoria no desempenho económico e financeiro da Oeiras Viva, em 2022 face a 2021.

A análise económica e financeira das unidades de negócio da Oeiras Viva, está plasmada nas respetivas Demonstrações Financeiras, que se reproduzem no Anexo.

INDICADORES	2021	2022	2021-2022 em %
INDICADORES DE ATIVIDADE			
Volume Negócios (€)	878 848,42	1 451 566,99	65,2%
EBITDA (€)	-237 907,14	147 433,27	162,0%
EBIT (Resultado Operacional) (€)	-281 061,19	106 319,92	137,8%
Rentabilidade Económica (%)	-16%	4%	127,5%
Cash Flow Líquido (€)	-238 447,00	139 726,22	158,6%
INDICADORES DE GESTÃO			
Volume de Negócios por Trabalhador (€)	12 039,02	19 884,48	65,2%
Gastos Pessoal/Gasto Total (%)	46,5%	43,3%	6,9%
EBE/Gasto Total (%)	46,5%	48,4%	4,2%
INDICADORES DE TESOURARIA			
Liquidez Geral (%)	81%	108%	34,5%
INDICADORES DE EQUILIBRIO FINANCEIRO			
Autonomia Financeira (%)	49%	48%	-2,3%

Quadro 7. Indicadores 2021-2022



Oeiras, 13 de Outubro de 2022

O Presidente do Conselho de Administração



(Rui Daniel Mourinha)

O Vogal



(Eduardo Correia)

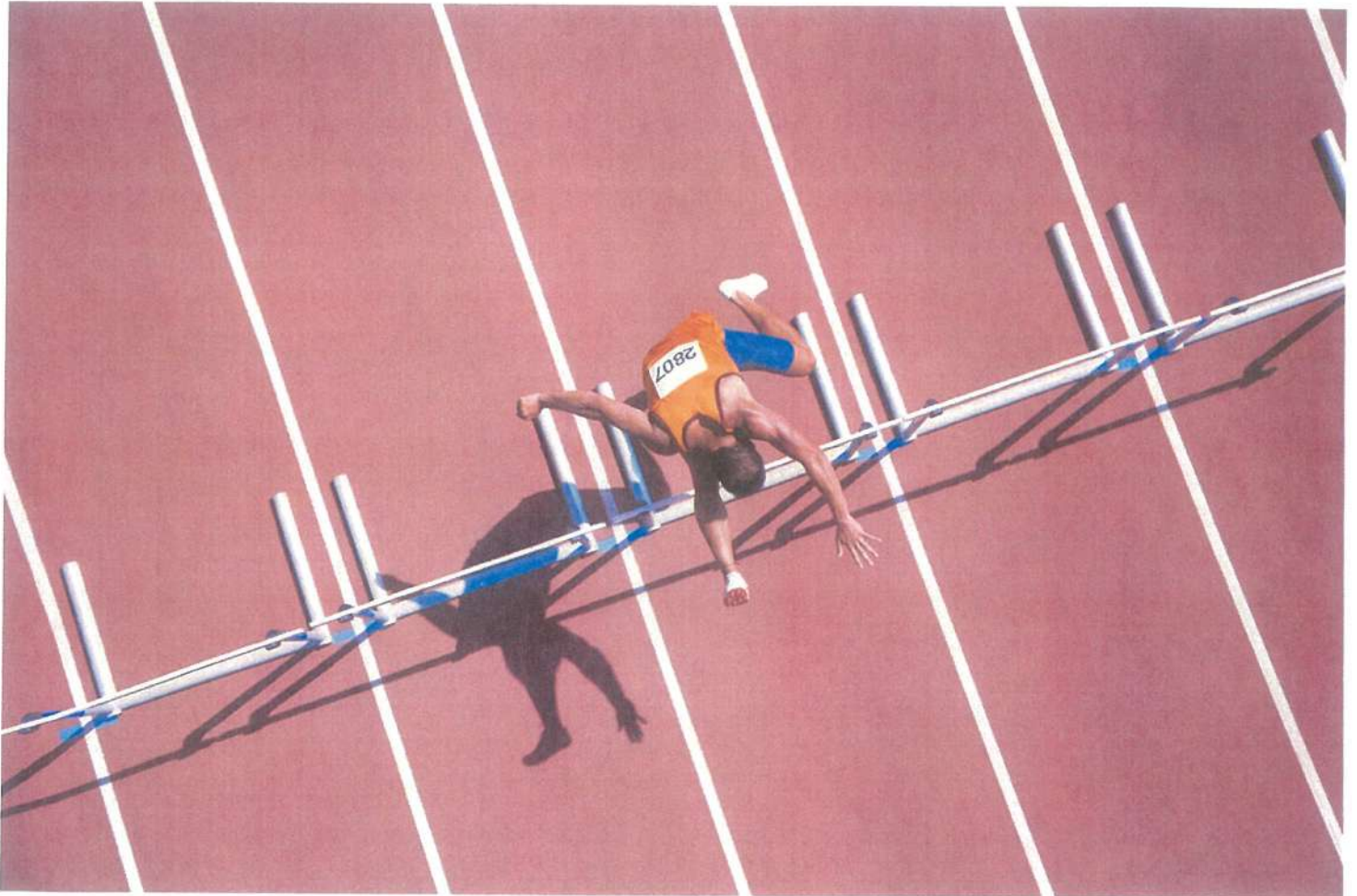
A Vogal



(Zalinda Campilho)

RF
W
V

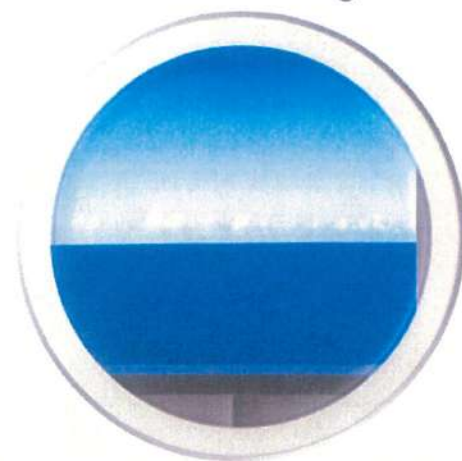
Anexo 1.



Demonstrações Resultados Por Unidade Negócio

I Área Lazer

VZ



OEIRAS MARINA

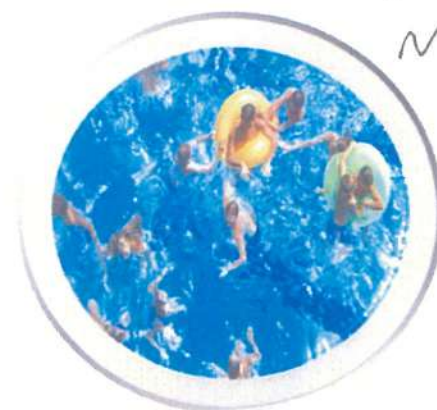
Em Euros

Rúbrica	Pisc. Oceânica			Porto de Recreio			Consolidado		
	2021	2022	Desv %	2021	2022	Desv %	2021	2022	Desv %
61- CMVMC	0	0	N/A	60 809	92 807	53%	60 809	92 807	53%
62 - FSE	103 291	122 796	19%	92 115	94 615	3%	195 406	217 412	11%
63 - Gastos Pessoal	50 744	44 021	-13%	142 629	143 637	1%	193 373	187 657	-3%
64 - Gastos Dep. Amort.	2 851	2 764	-3%	6 187	8 463	37%	9 038	11 226	24%
65 - Perdas por Imparidade	0	0	N/A	0	0	N/A	0	0	N/A
67 - Provisões do Exercício	0	0	N/A	0	0	N/A	0	0	N/A
68 - Outros Gastos e Perdas	235	838	256%	2 023	2 521	25%	2 258	3 359	49%
69 - Gastos e Perdas Financeiras	76	148	95%	76	147	94%	152	295	94%
GASTOS Total	157 197	170 566	9%	303 839	342 190	13%	461 036	512 756	11%
71 - Vendas Combustível	12	0	-100%	51 647	98 572	91%	51 660	98 572	91%
72 - Prestação Serviços	62 773	112 866	80%	406 586	498 763	23%	469 359	611 629	30%
751 - Sub. Explor Contr. Programa CMO	0	0	N/A	0	0	N/A	0	0	N/A
752 - Sub. Explor C.Progr. - Necess. Interv.	0	0	N/A	0	0	N/A	0	0	N/A
753 - Sub. Explor C.Progr. - Gastos Gestão	0	0	N/A	0	0	N/A	0	0	N/A
76 - Reversões	0	0	N/A	0	0	N/A	0	0	N/A
781 Rendim. Suplementares + 788 Outros	2 689	6 673	148%	13	0	-100%	2 702	6 673	147%
7883- Imputação Subsídios p/ Investimento	2 841	1 015	-64%	1 472	2 602	77%	4 314	3 617	-16%
79 - Juros e Dividendos	0	0	N/A	0	0	N/A	0	0	N/A
RENDIMENTOS Total	68 315	120 555	76%	459 718	599 937	31%	528 033	720 492	36%
RESULTADO LÍQUIDO	-88 882	-50 012	44%	155 879	257 747	65%	66 997	207 736	210%

Quadro 1. Demonstração de Resultados – Comparativo 1º Semestre de 2021-2022

O Resultado Líquido consolidado, desta unidade de negócio, é positivo .

II Desporto



1. PISCINAS MUNICIPAIS

Em Euros

Rúbrica	Pisc. Outurela			Pisc. Barcarena			Pisc. Linda-a-Velha			Consolidado		
	2021	2022	Desv %	2021	2022	Desv %	2021	2022	Desv %	2021	2022	Desv %
61- CMVMC	0	0	N/A	0	0	N/A	0	0	N/A	0	0	N/A
62 - FSE	120 375	217 153	80%	75 208	35 622	-53%	64 951	72 111	11%	260 534	324 886	25%
63 - Gastos Pessoal	57 206	59 006	3%	63 566	55 383	-13%	58 281	54 345	-7%	179 052	168 735	-6%
64 - Gastos Dep. Amort.	2 858	3 247	14%	1 767	980	-45%	18 318	16 789	-8%	22 944	21 016	-8%
65 - Perdas por Imparidade	0	0	N/A	0	0	N/A	0	0,0	N/A	0	0,0	N/A
67 - Provisões do Exercício	0	0	N/A	0	0	N/A	0	0	N/A	0	0	N/A
68 - Outros Gastos e Perdas	24	250	944%	24	250	944%	594	820	38%	642	1 319	106%
69 - Gastos e Perdas Financeiras	75	135	81%	75	135	81%	75	135	81%	224	404	81%
GASTOS Total	180 538	279 791	55%	140 639	92 370	-34%	142 218	144 199	1%	463 395	516 360	11%
71 - Vendas Combustível	0	32	N/A	0	0	N/A	0	34	N/A	0	66	N/A
72 - Prestação Serviços	42 173	200 392	375%	45 778	8 835	-81%	29 378	110 043	275%	117 329	319 269	172%
751 - Sub. Explor Contr. Programa CMO	99 962	54 784	-45%	112 247	37 979	-66%	58 412	34 484	-41%	270 621	127 247	-53%
752 - Sub. Explor C.Progr. - Necess. Interv.	0	0	N/A	0	0	N/A	0	0	N/A	0	0	N/A
753 - Sub. Explor C.Progr. - Gastos Gestão	0	0	N/A	0	0	N/A	0	0	N/A	0	0	N/A
781 Rendim. Suplementares + 788 Outros	4	0	-100%	4	0	-100%	4	0	-100%	11	0	-100%
7883- Imputação Subsídios p/ Investimento	1 881	1 992	6%	86	3	-97%	254	201	-21%	2 220	2 196	-1%
79 - Juros e Dividendos	0	0	N/A	0	0	N/A	0	0	N/A	0	0	N/A
RENDIMENTOS Total	144 020	257 200	79%	158 114	46 816	-70%	88 047	144 762	64%	390 181	448 778	15%
RESULTADO LÍQUIDO	-36 518	-22 591	38%	17 475	-45 553	-361%	-54 171	562	101%	-73 214	-67 582	8%

Quadro 2. Demonstração de Resultados – Comparativo 1º Semestre de 2021-2022

O Resultado Líquido consolidado, desta unidade de negócio, é negativo .



2. PAVILHÕES, PARQUE E COMPLEXO DESPORTIVOS

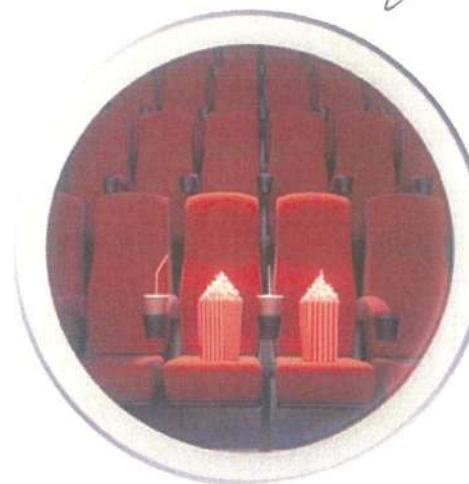
Em Euros

Rúbrica	PD Carlos Queiroz			Pavilhões			C. Desp Porto Salvo			Consolidado		
	2021	2022	Desv %	2021	2022	Desv %	2021	2022	Desv %	2021	2022	Desv %
61- CMVMC	0	0	N/A	0	0	N/A	0	0	N/A	0	0	N/A
62 - FSE	36 438	36 523	0%	143 988	140 167	-3%	14 188	9 424	-34%	194 613	186 113	-4%
63 - Gastos Pessoal	34 714	37 100	7%	161 569	178 965	11%	23 666	25 309	7%	219 949	241 374	10%
64 - Gastos Dep. Amort.	822	1 077	31%	8 104	4 680	-42%	560	635	13%	9 486	6 391	-33%
65 - Perdas por Imparidade	0	0	N/A	0	0	N/A	0	0	N/A	0	0	N/A
67 - Provisões do Exercício	0	0	N/A	0	0	N/A	0	0	N/A	0	0	N/A
68 - Outros Gastos e Perdas	21	216	951%	145	1 518	950%	21	216	951%	186	1 951	950%
69 - Gastos e Perdas Financeiras	22	85	293%	200	633	216%	22	85	293%	244	804	229%
GASTOS Total	72 016	75 001	4%	314 006	325 963	4%	38 457	35 669	-7%	424 478	436 633	3%
71 - Vendas Combustível	0	0	N/A	0	0	N/A	0	0	N/A	0	0	N/A
72 - Prestação Serviços	37 789	83 903	122%	60 691	129 071	113%	10 472	18 764	79%	108 951	231 739	113%
751 - Sub. Explor Contr. Programa CMO	19 060	48 665	155%	67 203	180 986	169%	0	0	N/A	86 262	229 651	166%
752 - Sub. Explor C.Progr. - Necess. Interv.	0	0	N/A	0	0	N/A	0	0	N/A	0	0	N/A
753 - Sub. Explor C.Progr. - Gastos Gestão	0	0	N/A	0	0	N/A	0	0	N/A	0	0	N/A
781 Rendim. Suplementares + 788 Outros	4	0	-100%	25	0	-100%	4	0	-100%	32	0	-100%
7883- Imputação Subsídios p/ Investimento	82	42	-48%	670	549	-18%	82	42	-48%	834	633	-24%
79 - Juros e Dividendos	0	0	N/A	0	0	N/A	0	0	N/A	0	0	N/A
RENDIMENTOS Total	56 934	132 611	133%	128 588	310 606	142%	10 557	18 807	78%	196 079	462 023	136%
RESULTADO LÍQUIDO	-15 082	57 610	482%	-185 418	-15 357	92%	-27 900	-16 862	40%	-228 399	25 390	111%

Quadro 3. Demonstração de Resultados – Comparativo 1º Semestre de 2021-2022

O Resultado Líquido consolidado, desta unidade de negócio, é positivo .

III CULTURA



PALÁCIO FLOR MURTA AUDITÓRIO RUY CARVALHO

Em Euros

Rúbrica	Palácio Flor da Murta			Aud. M. Ruy de Carvalho			Consolidado		
	2021	2022	Desv %	2021	2022	Desv %	2021	2022	Desv %
61- CMVMC	0	0	N/A	0	0	N/A	0	0	N/A
62 - FSE	11 917	17 181	44%	44 316	80 611	82%	56 232	97 792	74%
63 - Gastos Pessoal	25 533	27 527	8%	16 315	18 348	12%	41 847	45 874	10%
64 - Gastos Dep. Amort.	590	665	13%	560	786	40%	1 150	1 451	26%
65 - Perdas por Imparidade	0	0	N/A	0	0	N/A	0	0	N/A
67 - Provisões do Exercício	0	0	N/A	0	0	N/A	0	0	N/A
68 - Outros Gastos e Perdas	21	291	1313%	21	216	951%	41	507	1132%
69 - Gastos e Perdas Financeiras	22	85	292%	22	85	292%	43	171	292%
GASTOS Total	38 082	45 749	20%	61 232	100 046	63%	99 314	145 795	47%
71 - Vendas Combustível	0	0	N/A	0	0	N/A	0	0	N/A
72 - Prestação Serviços	25 147	28 144	12%	34 278	87 518	155%	59 425	115 662	95%
751 - Sub. Explor Contr. Programa CMO	0	0	N/A	0	0	N/A	0	0	N/A
752 - Sub. Explor C.Progr. - Necess. Interv.	0	0	N/A	0	0	N/A	0	0	N/A
753 - Sub. Explor C.Progr. - Gastos Gestão	0	0	N/A	0	0	N/A	0	0	N/A
781 Rendim. Suplementares + 788 Outros	4	0	-100%	4 021	5 232	30%	4 024	5 232	30%
7883- Imputação Subsídios p/ Investimento	82	31	-62%	82	31	-62%	164	62	-62%
79 - Juros e Dividendos	0	0	N/A	0	0	N/A	0	0	N/A
RENDIMENTOS Total	25 233	28 175	12%	38 380	92 781	142%	63 613	120 956	90%
RESULTADO LÍQUIDO	-12 849	-17 574	-37%	-22 852	-7 264	68%	-35 701	-24 838	30%

Quadro 4. Demonstração de Resultados – Comparativo 1º Semestre de 2021-2022

O Resultado Líquido consolidado, desta unidade de negócio, é negativo .



IV. TURISMO



Em Euros

Rúbrica	Turismo		
	2021	2022	Desv %
61- CMVMC	0	0	N/A
62 - FSE	5 027	3 073	-39%
63 - Gastos Pessoal	77 364	69 271	-10%
64 - Gastos Dep. Amort.	537	326	-39%
65 - Perdas por Imparidade	0	0	N/A
67 - Provisões do Exercício	0	0	N/A
68 - Outros Gastos e Perdas	20	105	427%
69 - Gastos e Perdas Financeiras	7	36	452%
GASTOS Total	82 954	72 810	-12%
71 - Vendas Combustível	0	0	N/A
72 - Prestação Serviços	72 125	74 627	3%
751 - Sub. Explor Contr. Programa CMO	0	0	N/A
752 - Sub. Explor C.Progr. - Necess. Interv.	0	0	N/A
753 - Sub. Explor C.Progr. - Gastos Gestão	0	0	N/A
781 Rendim. Suplementares + 788 Outros	83	0	-100%
7883- Imputação Subsídios p/ Investimento	3	1	-50%
79 - Juros e Dividendos	0	0	N/A
RENDIMENTOS Total	72 210	74 628	3%
RESULTADO LÍQUIDO	-10 744	1 818	117%

Quadro 5. Demonstração de Resultados – Comparativo 1º Semestre de 2021-2022

O Resultado Líquido consolidado, desta unidade de negócio, é positivo .



V. MARKETING



Em Euros

Rúbrica	Marketing		
	2021	2022	Desv %
61- CMVMC	0	0	N/A
62 - FSE	0	3 863	N/A
63 - Gastos Pessoal	0	31 505	N/A
64 - Gastos Dep. Amort.	0	704	N/A
65 - Perdas por Imparidade	0	0	N/A
67 - Provisões do Exercício	0	0	N/A
68 - Outros Gastos e Perdas	0	105	N/A
69 - Gastos e Perdas Financeiras	0	39	N/A
GASTOS Total	0	36 216	N/A
71 - Vendas	0	0	N/A
72 - Prestação Serviços	0	3	N/A
751 - Sub. Explor Contr. Programa CMO	0	0	N/A
752 - Sub. Explor C.Progr. - Necess. Interv.	0	0	N/A
753 - Sub. Explor C.Progr. - Gastos Gestão	0	0	N/A
781 Rendim. Suplementares + 788 Outros	0	0	N/A
7883- Imputação Subsídios p/ Investimento	0	15	N/A
79 - Juros e Dividendos	0	0	N/A
RENDIMENTOS Total	0	18	N/A
RESULTADO LÍQUIDO	0	-36 198	N/A

Quadro 6. Demonstração de Resultados – Comparativo 1º Semestre de 2021-2022

O Resultado Líquido desta unidade de negócio é negativo .



VI. SERVIÇOS DE APOIO GERAL

A empresa possui duas unidades operacionais, designadas de "Sede" e "Manutenção", que constituem a área de "Serviços de Apoio Geral".

A Oeiras Viva optou pelo critério de rateio de todos os Gastos incorridos por estes "Serviços de Apoio Geral", o qual assenta na repartição destes, por todas as demais Unidades de Negócio, em função do tempo gasto com cada um dos equipamentos e/ou, da percentagem de intervenções nas mesmas, de acordo com uma tabela de rateio.

Este critério de afetação dos Gastos, foi previsto no Orçamento de 2022 e introduzido no sistema informático de suporte à contabilidade e gestão – o «Primavera».

✓ 23/11/14

Anexo 2.

ANEXO DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARECER DOS REVISORES OFICIAIS CONTAS



oeirasviva.pt

OEIRAS VIVA - Gestão Equipamentos Socio Cultural e Desportivo, EM

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS A 30 DE JUNHO DE 2022

EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODO	
		30/06/2022	30/06/2021
Vendas e serviços prestados	13	1.451.566,99	878.848,42
Subsídios à exploração	14	356.897,74	356.882,93
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12	-92.807,49	-60.809,39
Fornecimentos e serviços externos	22	-833.137,12	-711.812,66
Gastos com o pessoal	20	-744.467,24	-711.585,90
Outros rendimentos	22	18.474,06	14.384,98
Outros gastos	22	-9.093,65	-3.815,52
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		147.433,29	-237.907,14
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7 e 8	-41.113,35	-43.154,05
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		106.319,94	-281.061,19
Resultado antes de impostos		106.319,94	-281.061,19
Imposto sobre o rendimento do período		-7.707,05	-539,86
Resultado líquido do período		98.612,89	-281.601,05

O Contabilista Certificado

Constança Conceição Santos

A Administração

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

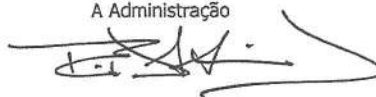
[Handwritten signature]

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		30/06/2022	31/12/2021
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	8	785.844,14	816.326,56
Activos intangíveis	7	4.888,55	4.362,45
Outros activos financeiros	19	196.403,01	228.500,46
		987.135,70	1.049.189,47
Activo Corrente			
Inventários	12	8.615,67	3.771,81
Clientes	10 e 19	88.703,73	146.693,34
Estados e outros entes públicos	22	0,00	0,00
Outros créditos a receber	19	331.334,72	52.269,57
Diferimentos	19	37.716,38	47.088,76
Caixa e depósitos bancários	4	811.414,82	478.466,24
		1.277.785,32	728.289,72
Total do activo		2.264.921,02	1.777.479,19
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital Subscrito	18	100.965,57	100.965,57
Reservas legais	18	39.895,02	39.895,02
Resultados transitados	18	835.515,40	881.730,95
Ajustamentos/Outras variações no capital próprio	14 e 18	7.894,26	10.638,36
		984.270,25	1.033.229,90
Resultado líquido do período		98.612,89	-163.174,83
Total do capital próprio		1.082.883,14	870.055,07
Passivo			
Passivo não corrente			
Passivos por impostos diferidos	17	2.291,79	3.088,47
		2.291,79	3.088,47
Passivo corrente			
Fornecedores	19	192.673,98	215.333,27
Estado e outros entes públicos	22	141.998,34	124.806,55
Outras Dívidas a pagar	19	307.777,83	310.189,40
Diferimentos	19	537.295,94	254.006,43
		1.179.746,09	904.335,65
Total do passivo		1.182.037,88	907.424,12
Total do capital próprio e do passivo		2.264.921,02	1.777.479,19

O Contabilista Certificado



A Administração





DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2022

EUROS

RUBRICA	NOTAS		PERÍODOS	
			2022	2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS				
Recebimentos de clientes	19	+	1.770.439,56	3.210.259,23
Pagamentos a fornecedores	19	-	(1.007.178,23)	(2.114.762,86)
Pagamentos ao pessoal	20	-	(793.302,25)	(1.548.113,10)
Caixa gerada pelas operações		+/-	(30.040,92)	(452.616,73)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		+/-		13.806,40
Outros recebimentos/pagamentos	19	+/-	265.409,08	326.755,47
Fluxos de caixa das actividades operacionais	(1)	+/-	235.368,16	(112.054,86)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Pagamentos respeitantes a:				
Activos fixos tangíveis	8	-	(17.354,89)	(69.734,49)
Investimentos financeiros		-	(459,20)	(2.336,24)
Recebimentos provenientes de:				
Activos fixos tangíveis			183,41	
Fluxo de Caixa das actividades de investimento	(2)		(17.630,68)	(72.070,73)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos				
Realização de capital e outros instrumentos de capital próprio		+	116.959,28	381.334,70
Juros e gastos similares	11	-	(1.748,18)	(1.233,16)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento	(3)		115.211,10	380.101,54
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES				
	(1)+(2)+(3)		332.948,58	195.975,95
Efeito das diferenças de câmbio		+/-	-	-
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INICIO DO PERÍODO	4	+/-	478.466,24	282.490,29
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO	4	+/-	811.414,82	478.466,24

Oeiras, 13 de Outubro de 2022

O Contabilista Certificado

Enrique Condado Santos

A Administração

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NOS PERÍODOS DE 30 DE JUNHO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Euros

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe						Total do Capital Próprio
		Capital Subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos / Outras variações do capital próprio	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO DO CAPITAL PRÓPRIO EM 01.01.2021		100.965,57	39.895,02	0,00	1.050.398,04	19.476,24	-547.435,95	663.298,92
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Ajustamentos por impostos diferidos	14 e 18				-2.565,84	2.565,84		0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	14 e 18				-11.403,72	-11.403,72		-11.403,72
SubTotal		0,00	0,00	0,00	-2.565,84	-8.837,88	0,00	-11.403,72
DISTRIBUIÇÃO DO RESULTADO	18				-547.435,95	547.435,95		
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO 31.12.2021					-163.174,83	-163.174,83		-163.174,83
RESULTADO INTEGRAL		0,00	0,00	0,00	-550.001,79	-8.837,88	384.261,12	-174.578,55
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								
Entradas para cobertura de perdas					381.334,70			381.334,70
Outras operações		0,00	0,00	0,00	381.334,70	0,00	0,00	381.334,70
POSIÇÃO DO CAPITAL PRÓPRIO EM 31.12.2021		100.965,57	39.895,02	0,00	881.730,95	10.638,36	-163.174,83	870.055,07
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Ajustamentos por impostos diferidos	14 e 18					796,68		796,68
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	14 e 18				-3.540,78	-3.540,78		-3.540,78
SubTotal		0,00	0,00	0,00	0,00	-2.744,10	0,00	-2.744,10
DISTRIBUIÇÃO DO RESULTADO	18				-163.174,83	163.174,83		0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO					98.612,89	98.612,89		98.612,89
RESULTADO INTEGRAL		0,00	0,00	0,00	-163.174,83	-2.744,10	261.787,72	95.868,79
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								
Realizações de capital								0,00
Realizações de prêmios de emissão								0,00
Distribuições					116.959,28			0,00
Entradas para cobertura de perdas								116.959,28
Outras operações		0,00	0,00	0,00	116.959,28	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO DO CAPITAL PRÓPRIO EM 01.06.2022		100.965,57	39.895,02	0,00	835.515,40	7.894,26	98.612,89	1.082.883,14

O Contabilista Certificado

Enrique Condado Sanjos

A Administração



OEIRAS VIVA – GESTÃO EQUIP. CULTURAIS E DESPORTIVOS, E.M.



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS A 30 DE JUNHO DE 2022

1. CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 ENTIDADE:	OEIRAS VIVA – Gestão Equipamentos Culturais e Desportivos, EM
NIPC	505 351 064
Natureza Jurídica	Entidade Empresarial Municipal
Capital	100.965,57 Euros
CAE principal	93110 – R3

1.2 SEDE: PISCINA OCEANICA DE OEIRAS ESTRADA MARGINAL PRAIA DA TORRE, Oeiras, 2780-267 Oeiras

1.3 NATUREZA DA ACTIVIDADE:

A Oeiras Viva – Gestão de Equipamentos Sócio Culturais e Desportivos, E.M é uma empresa pública municipal criada ao abrigo da Lei número 58/98 de 18 de Agosto, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa e financeira e património próprio, a qual fica sujeita aos poderes de tutela e superintendência da Câmara Municipal de Oeiras constituída em 18/04/2001, tendo iniciado a sua actividade em 29/05/2001.

Tem como objecto social principal a gestão de espaços e equipamentos culturais, desportivos e de lazer que integram ou venham a integrar o património do Município de Oeiras ou aqueles que, a qualquer título estejam confiados ao Município para desenvolvimento daquelas actividades, bem como promover as acções necessárias à manutenção, reabilitação ou reequipamento desses espaços.

2. REFERENCIAL CONT. DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

2.1 SISTEMA DE NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho, que alterou e republicou o Decreto-Lei nº158/2009 de 13 de julho, e de acordo com a estrutura conceptual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF") e Normas Interpretativas ("NI") consignadas, respetivamente, nos avisos 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015, de 29 de junho

de 2015, as quais, no seu conjunto, constituem o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC").

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da Empresa, foram utilizadas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"), antes referidas, em todos os aspectos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sem prejuízo do recurso supletivo às Normas Internacionais de Contabilidade adoptadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho, e ainda às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo International Accounting Standard Board e respectivas interpretações (SIC-IFRIC), sempre que o SNC não contemple aspectos particulares das transacções realizadas e dos fluxos ou das situações em que a Empresa se encontre envolvida.

O conjunto dos normativos que integram o SNC foi utilizado pela primeira vez em 2010 para a elaboração de demonstrações financeiras completas, passando a constituir o referencial de base para os períodos subsequentes. Estas normas foram ainda aplicadas ao período iniciado em 1 de Janeiro de 2009, de forma a garantir a necessária expressão e apresentação para efeitos comparativos.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Empresa e no regime do acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no artigo 1.º da Portaria n.º 986/2009, de 7 de Setembro, designadamente o balanço, a demonstração de resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respectivos montantes em Euros.

2.2 INDICAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO SNC QUE, EM CASOS EXCEPCIONAIS, TENHAM SIDO DERROGADAS E DOS RESPECTIVOS EFEITOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, TENDO EM VISTA A NECESSIDADE DE ESTAS DAREM UMA IMAGEM VERDADEIRA E APROPRIADA DO ACTIVO, DO PASSIVO E DOS RESULTADOS DA ENTIDADE

Não houve derrogações às disposições do SNC.

2.3 INDICAÇÃO E COMENTÁRIO DAS CONTAS DO BALANÇO E DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CUJOS CONTEÚDOS NÃO SEJAM COMPARÁVEIS COM OS DO EXERCÍCIO ANTERIOR:

Não existem contas do balanço e da demonstração de resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com o exercício anterior.



3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:

3.1 BASES DE MENSURAÇÃO USADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

Na preparação das demonstrações financeiras a que se referem as presentes notas, a empresa adoptou as Bases de Preparação das Demonstrações Financeiras em conformidade com o Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho que alterou e republicou o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a estrutura conceptual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF") e Normas Interpretativas ("NI") consignadas, respetivamente, nos avisos 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015, de 29 de junho de 2015, as quais, no seu conjunto, constituem o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC").

Assim, as demonstrações financeiras foram preparadas tendo em conta as bases de continuidade, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa.

Tendo em consideração a informação disponível à data de aprovação das contas entendemos que não está em causa o pressuposto da continuidade em que assenta a preparação das demonstrações financeiras com referência a 31.12.2021.

Tendo por base o disposto nas NCRF, as políticas contabilísticas adoptadas pela empresa foram as seguintes:

a) Activos Intangíveis

Os activos intangíveis, que compreendem essencialmente programas de computador e licenças, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de quaisquer perdas por imparidade acumuladas (modelo do custo). Estes activos são amortizados a partir do momento em que os activos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso, pelo método da linha recta, de uma forma consistente, durante um período de 3 anos, decorrente da aplicação das taxas de amortização correspondente aos anos de vida útil.

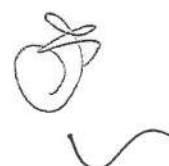
Os activos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam por ela controláveis e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As despesas de desenvolvimento para as quais a Empresa demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou use e relativamente às quais seja provável que o seu activo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto no período em que são incorridas.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate destes activos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados, como "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

b) Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e/ou perdas por imparidade. O custo de aquisição inclui o preço de





factura, as despesas de transporte, montagem e os outros encargos necessários para a sua colocação em funcionamento.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente e plurianual são registados como gastos do exercício em que são incorridos. As grandes reparações relativas à substituição de partes de equipamentos ou outros activos tangíveis são registadas como activos tangíveis, caso seja identificada e abatida a componente substituída, e amortizadas às taxas correspondentes à vida útil residual dos respectivos activos fixos principais.

As depreciações são calculadas, pelo método da linha recta numa base duodecimal, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para utilização, de acordo com as seguintes vidas médias estimadas:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	4-20
Equipamento Básico	4-14
Equipamento de transporte	10
Equipamento administrativo	3-10
Outros activos tangíveis	4-20

No momento do abate ou alienação são calculados os ganhos ou perdas respectivos, face ao valor líquido dos bens, e são registados como outros rendimentos e ganhos ou outros gastos ou perdas.

c) Locações

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato. Os contratos de locação, em que a Empresa age como locatário, são classificados como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

De acordo com o método financeiro, o custo do activo é registado como um activo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo, na rubrica "Financiamentos obtidos", e os juros incluídos no valor das rendas e a reintegração do activo são registados como gasto na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados, numa base linear, durante o período do contrato de locação.

d) Instrumentos financeiros

i) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica "Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)", de forma a reflectir o seu valor realizável líquido.

ii) Fornecedores e dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas pelo seu valor nominal.



iii) Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transacção, independentemente da forma legal que assumem.

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros são registados inicialmente pelo seu justo valor, deduzido dos custos de transacção incorridos, e subseqüentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva.

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transacção.

As distribuições efectuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

iv) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica "Caixa e equivalentes do caixa" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

e) **Imparidade**

A empresa avaliou a imparidade destes ativos no final do ano. Sempre que existiu uma evidência objectiva de imparidade, a empresa reconheceu uma perda de imparidade na demonstração de resultados.

A evidência objectiva de imparidade teve em conta dados observáveis que chamassem a atenção sobre os seguintes eventos de perda:

- Significativa dificuldade financeira do devedor;
- Quebra contratual, tal como não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização da dívida;
- A empresa, por razões económicas ou legais relacionadas com a dificuldade financeira do devedor, ofereceu ao devedor concessões que de outro modo não consideraria;
- Tornar-se provável que o devedor irá entrar em falência ou qualquer outra reorganização financeira;
- O desaparecimento de um mercado ativo financeiro devido a dificuldades financeiras do devedor;
- Informação observável indicando que existe uma diminuição na mensuração da estimativa dos fluxos de caixa futuros de um Grupo de ativos financeiros desde o seu reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros individualmente significativos foram avaliados individualmente para efeitos de imparidade. Os restantes foram avaliados com base em similares características de risco de crédito.

f) Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, e em que seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data. As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Os passivos contingentes são definidos pela Empresa como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o controlo da empresa; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Os activos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos para a Empresa. A Empresa não reconhece activos contingentes nas suas demonstrações financeiras mas apenas procede à sua divulgação se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar para a Empresa forem prováveis. Quando a realização do proveito for virtualmente certa, então o activo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

g) Especialização de Exercícios

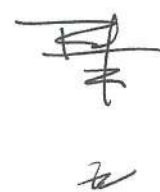
Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas "Outras contas a receber e a pagar" ou "Diferimentos".

h) Imposto sobre o rendimento do período

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos como gastos dos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras encontram-se corrigidos pelo efeito da contabilização dos impostos diferidos, caso existam diferenças temporárias tributáveis e/ou dedutíveis.

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC") à taxa de 21% sobre a matéria coletável superior a 25.000 Euros, aplicando-se a taxa de 17% para a matéria coletável inferior a essa quantia, nos termos do artigo 87º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, que pode ser incrementada pela Derrama até à taxa máxima de 1,5% do lucro tributável, resultando numa taxa de imposto agregada, máxima, de 22,5%. Adicionalmente, os lucros tributáveis que excedam os 1.500.000 Euros são sujeitos a derrama estadual, nos termos do artigo 87º-A do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, às seguintes taxas:

- 3% para lucros tributáveis entre 1.500.000 Euros e 7.500.000 Euros;



- 5% para lucros tributáveis entre 7.500.000 Euros e 35.000.000 Euros;
- 9% para lucros tributáveis superiores a 35.000.000 Euros.

Adicionalmente, para o exercício de 2022 e seguintes a dedução dos gastos de financiamento líquidos na determinação do lucro tributável é condicionada ao maior dos seguintes limites:

- 1.000.000 Euros;
- 30% do resultado antes de depreciações, gastos de financiamento líquidos e impostos.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas a Empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de cinco anos, limitados a 70% do lucro tributável da Empresa (cinco anos para prejuízos gerados em 2012 e 2013 e doze anos para prejuízos gerados em 2014, 2015 e 2016).

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2018 a 2021, inclusive, poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração considera que dessas revisões não surgirão correções à matéria coletável declarada que tenham impacto significativo nas demonstrações financeiras.

Os impostos que não se encontrem pagos, quer relativos ao período corrente quer a anteriores, são reconhecidos no passivo pelo valor que se estima vir a pagar, com base nas taxas e nas normas fiscais aplicáveis à data do balanço. No entanto, se os montantes já pagos relativos a esses períodos excederem os valores devidos, são reconhecidos no activo na medida do excesso.

O efeito fiscal decorrente de transacções ou de quaisquer outras operações cujos reflexos se encontrem traduzidos nos resultados do período é também reconhecido nos resultados do mesmo período, sendo expresso na demonstração de resultados na rubrica "Imposto sobre o rendimento do período". No entanto, se esses reflexos se produzirem directamente nos capitais próprios, o efeito fiscal é também reconhecido nos capitais próprios, por dedução ou acréscimo à rubrica que esteve na sua origem.

Os efeitos tributários dos ajustamentos de transição decorrentes da sucessão dos normativos contabilísticos encontram-se regulados pelo artigo 5-º do Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de Julho, onde se determina que esses ajustamentos concorrem para a formação do lucro tributável num período de 5 anos, em partes iguais, com início em 2010.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos activos e dos passivos para efeitos de registo contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultantes de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os activos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Anualmente é efectuada uma





reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos activos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa actual de recuperação futura.

i) Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho nocturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social, ADSE e Caixa Geral de Aposentações de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respectivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

j) Inventários

Os inventários são mensurados ao custo de compras mais custos de conversão mais outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na condição actual. Isto é, o preço da factura mais todas despesas de necessárias (transporte e seguro) para a colocação do bem para venda.

O método de custeio das saídas utilizado é o FIFO "primeira entrada, primeira saída". O FIFO pressupõe que os itens de inventário que foram adquiridos primeiro sejam vendidos em primeiro lugar e consequentemente os itens que permanecem em inventário no fim do período sejam os itens mais recentemente comprados.

k) Custos dos Empréstimos Obtidos

Os custos dos empréstimos obtidos são mensurados ao custo, ou seja, os passivos são registados pela quantia dos activos recebidos em troca da obrigação, pelo que no caso de um empréstimo o mesmo é mensurado e reconhecido pela quantia recebida da instituição financeira.

Os custos dos empréstimos são os custos de juros e outros incorridos pela empresa relativos aos pedidos de empréstimos de fundos.

l) Rédito

Os rendimentos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração de resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante do proveito correspondente possa ser razoavelmente quantificado.

m) Subsídios do Governo





Os subsídios relacionados com rendimentos, são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica "Subsídios à Exploração" da demonstração de resultados do período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com activos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. No caso de o subsídio estar relacionado com activos não depreciables e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos capitais próprios, excepto se a respectiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

n) Rubricas de Capital Próprio

Capital Realizado: O capital da sociedade encontra-se integralmente subscrito e realizado, conforme consta na escritura da sociedade.

Reservas Legais: De acordo com o nº 2 do artigo 30º da Lei 53-F/2006, pelo menos 10% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal. A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos (nº 3 do artigo 30º da Lei 53-F/2006). No entanto, este mesmo artigo afirma «os estatutos podem prever as reservas cuja utilização fique sujeita a restrições».

Outras Reservas: Compreende todas as quantias de todas e quaisquer reservas distribuíveis, cuja afectação decorre de deliberações dos detentores de capital.

Resultados Transitados: Rubrica que reflecte os resultados dos períodos anteriores, para os quais não existe uma deliberação específica sobre a sua aplicação (se lucros), ou cobertura (se prejuízos). Esta rubrica regista, também, alguns efeitos decorrentes da NCRF 4 – Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas e Erros, e efeitos da mudança de referencial contabilístico, tal como definido na NCRF 3 – Adopção pela Primeira Vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

Outras Variações no Capital Próprio: Nesta rubrica estão lançados os apoios do governo ao investimento, isto é subsídios que destinam a apoiar a realização de investimento.

o) Efeito das alterações das taxas de câmbio

Todos os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data do balanço. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, foram registadas como proveitos e custos na demonstração dos resultados do exercício.

p) Eventos Subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço ("acontecimentos que dão lugar a ajustamentos") são reflectidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos"), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.





3.2 OUTRAS POLITICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES

a) Fluxos de Caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a NCRF 2, através do método directo. A Empresa classifica na rubrica "Caixa e seus equivalentes" os investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante, incluindo os valores cativos de depósitos a prazo.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em actividades operacionais, de financiamento e de investimento. As actividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos a pessoal e outros relacionados com a actividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de investimento incluem recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de activos fixos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e contratos de locação financeira.

3.3 PRINCIPAIS JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS UTILIZADOS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com o SNC, a Administração utiliza julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados.

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros factores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultados de uma informação ou experiência adquirida. Os efeitos reais podem diferir dos julgamentos e estimativas efectuados, nomeadamente no que se refere ao impacto dos custos e proveitos que venham realmente a ocorrer.

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras da empresa são como se segue:

Vida útil dos activos fixos tangíveis e intangíveis

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que esse activo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

O método de amortização/depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efectiva de um activo.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa de gestão, para os activos e negócios em questão, considerando também as práticas adoptadas pela empresa.

No momento da transição para o SNS, a empresa utilizou o custo considerado para a valorização dos seus equipamentos, e considerou para tal o justo valor no momento da transição. Neste momento foram também redefinidas as vidas úteis destes equipamentos com base no período que se esperava que este tivesse disponível para uso.

Provisões

O reconhecimento de provisões tem inerente a determinação da probabilidade de saída de fluxos futuros e a sua mensuração com fiabilidade.

Estes factores são muitas vezes dependentes de acontecimentos futuros e nem sempre sob o controlo da empresa pelo que poderão conduzir a ajustamentos significativos futuros, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.





Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores são baseadas na avaliação efectuada pela Empresa quanto á existência de prova objectiva de imparidade e da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros factores incluindo o factor de actualização financeira (à taxa de juro original efectiva ou que resultaria no momento do reconhecimento inicial do ativo em causa). Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade, e consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

Imparidade de Ativos Fixos Tangíveis

As perdas por imparidade refletem a diferença entre a quantia escriturada de um ativo em relação à sua quantia recuperável. Uma entidade deve avaliar em cada data de relato se há qualquer indicação de que um ativo possa estar com imparidade, no sentido de verificar se deve estimar a quantia recuperável do ativo.

A gestão para avaliação dos indícios de imparidade considerou os seguintes aspetos:

Fontes externas de informação:

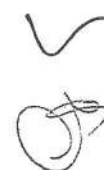
- a) Durante o período, o valor de mercado de um ativo diminuiu significativamente mais do que seria esperado como resultado da passagem do tempo ou do uso normal.
- b) Ocorreram, durante o período, ou irão ocorrer no futuro próximo, alterações significativas com um efeito adverso na entidade, relativas ao ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal em que a entidade opera ou no mercado ao qual o ativo está dedicado.
- c) As taxas de juro de mercado ou outras taxas de mercado de retorno de investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afetarão a taxa de desconto usada no cálculo do valor de uso de um ativo e diminuirão materialmente a quantia recuperável do ativo.
- d) A quantia escriturada dos ativos líquidos da entidade é superior à sua capitalização de mercado.

Fontes internas de informação:

- a) Está disponível evidência de obsolescência ou dano físico de um ativo.
- b) Alterações significativas com um efeito adverso na entidade ocorreram durante o período, ou espera-se que ocorram num futuro próximo, até ao ponto em que, ou na forma em que, um ativo seja usado ou se espera que seja usado. Estas alterações incluem um ativo que se tornou ocioso, planos para descontinuar ou reestruturar a unidade operacional a que o ativo pertence e planos para alienar um ativo antes da data anteriormente esperada.
- c) Avaliação do desempenho económico de um ativo é, ou será, pior do que o esperado.

4. FLUXOS DE CAIXA

A rubrica de caixa e depósitos bancários, decompõe-se da seguinte forma:



Valores em Euros

Meios financeiros líquidos constantes do balanço		30.06.2022			31.12.2021		
		Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais	Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais
Caixa	Numerário	2.156,43	0,00	2.156,43	527,49	0,00	527,49
	Subtotais	2.156,43	0,00	2.156,43	527,49	0,00	527,49
Depósitos bancários	Depósitos à ordem	809.258,39	0	809.258,39	477.938,75	0	477.938,75
	Subtotais	809.258,39	0,00	809.258,39	477.938,75	0,00	477.938,75
Totais		811.414,82	0,00	811.414,82	478.466,24	0,00	478.466,24

5. POLÍTICAS CONT., ALTERAÇÕES DAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS:

Durante o exercício de 2022 não ocorreram alteração de estimativas contabilísticas, nem foram reconhecidos erros materiais relativos a exercícios anteriores.

6. PARTES RELACIONADAS:

A Oeiras Viva, E.M está sujeita aos poderes de tutela e superintendência da Câmara Municipal de Oeiras.

A 30 de Junho de 2022 os saldos e transacções ocorridas com a Câmara Municipal de Oeiras correspondem aos seguintes valores:

Valores em Euros

Balanço a 30/06/2022	Clientes	Fornecedores	Devedores acréscimos	Diferimentos
Camara Municipal Oeiras	229,35	0,00	324.135,24	297.414,78

Valores em Euros

Demonstração de Resultados 30/06/2022	Fornecimentos ser. externos	Prestações serviços	Subsídios exploração
Camara Municipal Oeiras	148,81	9.350,93	356.897,74

- a) O valor das prestações de serviços é relativo ao aluguer dos espaços culturais e desportivos sob a gestão da Oeiras Viva e a consumo de electricidade.

7. ACTIVOS INTANGÍVEIS

De acordo com a política contabilística, os activos intangíveis encontram-se valorizados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Os activos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a empresa e sejam controláveis e mensuráveis com fiabilidade.

Os valores constantes na rubrica de programas de computador respeitam a software de controlo de gestão e respectivas actualizações. São usados pela entidade há vários anos, sendo

que 90% dos bens estão totalmente amortizados não sendo possível mensurar os valores fiávelmente.

As licenças de utilização de software estão mensuradas na rubrica de propriedade industrial. As amortizações são calculadas, pelo método da linha recta numa base duodecimal, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para utilização, de acordo com as seguintes vidas médias estimadas:

	<u>Anos</u>
Programas de Computador	3
Propriedade Industrial	3

Entre 1 de Janeiro de 2022 e 30 de Junho de 2022 o movimento ocorrido nos activos intangíveis foi o seguinte:

Valores em Euros

	Activos intangíveis	Propriedade industrial		Totais
		Programas de computador	Licenças e franquias	
Em 01.01.2021	Quantias brutas escrituradas	98.334,99	30.238,96	128.573,95
	Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(98.334,99)	(30.238,96)	(128.573,95)
	Quantias líquidas escrituradas	0,00	0,00	0,00
	Adições	5.682,39	0,00	5.682,39
	Amortizações exercício	(1.319,94)	0,00	(1.319,94)
Em 31.12.2021	Quantias brutas escrituradas	104.017,38	30.238,96	134.256,34
	Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(99.654,93)	(30.238,96)	(129.893,89)
	Quantias líquidas escrituradas	4.362,45	0,00	4.362,45
	Aquisições	1.767,64	0,00	0,00
	Amortizações exercício	(1.241,54)	0,00	(1.241,54)
Em 30.06.2022	Quantias brutas escrituradas	104.017,38	30.238,96	134.256,34
	Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(99.128,83)	(30.238,96)	(129.367,79)
	Quantias líquidas escrituradas	4.888,55	0,00	4.888,55

8. ACTIVOS TANGÍVEIS

De acordo com a política contabilística, os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e/ou perdas por imparidade. O custo de aquisição inclui o preço de factura, as despesas de transporte, montagem e os outros encargos necessários para a sua colocação em funcionamento.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes a partir da data em que os bens se encontram disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão, por contrapartida da rubrica 'Amortizações e depreciações' da demonstração de resultados.

As taxas anuais utilizadas correspondem à vida útil estimada dos bens:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	4-20
Equipamento Básico	4-14
Equipamento de transporte	10
Equipamento administrativo	3-10
Outros activos tangíveis	4-20

Entre 1 de Janeiro de 2022 e 30 de Junho de 2022 o movimento ocorrido nos activos intangíveis foi o seguinte:

Valores em Euros

Activos fixos tangíveis	Edifícios e outras construções		Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Totais
	Terrenos	Edifícios					
Em 01.01.2021							
Quantias brutas escrituradas	469.000,00	1.682.683,27	738.565,95	6.600,00	295.058,94	508.363,54	3.700.271,70
Depreciações e perdas por imp. acumuladas	0,00	(1.411.192,85)	(700.140,89)	(6.600,00)	(240.506,82)	(487.160,91)	(2.845.601,47)
Quantias líquidas escrituradas	469.000,00	271.490,42	38.425,06	0,00	54.552,12	21.202,63	854.670,23
Adições	0,00	0,00	9.898,02	4.500,00	17.886,54	13.286,02	45.570,58
Depreciações	0,00	(40.553,25)	(9.655,83)	(75,00)	(21.863,96)	(11.766,21)	(83.914,25)
Em 31.12.2021							
Quantias brutas escrituradas	469.000,00	1.682.683,27	748.463,97	11.100,00	312.945,48	521.649,56	3.745.842,28
Depreciações e perdas por imp. acumuladas	0,00	(1.451.746,10)	(709.796,72)	(6.675,00)	(262.370,78)	(498.927,12)	(2.929.515,72)
Quantias líquidas escrituradas	469.000,00	230.937,17	38.667,25	4.425,00	50.574,70	22.722,44	816.326,56
Adições	0,00	0,00	0,00	0,00	7.096,12	2.221,20	9.317,32
Depreciações	0,00	(18.325,90)	(4.967,39)	(225,00)	(12.723,36)	(3.558,09)	(39.799,74)
Em 30.06.2022							
Quantias brutas escrituradas	469.000,00	1.682.683,27	748.463,97	11.100,00	320.041,60	523.870,76	3.755.159,60
Depreciações e perdas por imp. acumuladas	0,00	(1.470.072,00)	(714.764,11)	(6.900,00)	(275.094,14)	(502.485,21)	(2.969.315,46)
Quantias líquidas escrituradas	469.000,00	212.611,27	33.699,86	4.200,00	44.947,46	21.385,55	785.844,14

9. LOCAÇÕES

As locações são registadas conforme descrito na alínea c) do parágrafo 3.1.
 A Oeiras Viva, EM não tem locações financeiras no período em análise.

Os futuros pagamentos mínimos das locações operacionais detalham-se como se segue:

Valores em Euros

	30.06.2022	31.12.2021
Pagamentos até 1 ano	6.951,79	1.312,68
Pagamentos entre 1 e 5 anos	8.433,28	1.362,08
Totais	15.385,07	2.674,76

10. IMPARIDADES E PROVISÕES

10.1 IMPARIDADE DE ACTIVOS

A 31 de Dezembro de 2021 e 30 de Junho de 2022 o valor das imparidades é a seguinte:

Valores em Euros

Quantias das perdas por imparidade e respectivas reversões incluídas em cada uma das linhas das demonstrações dos resultados	Saldo Inicial	Aumentos	Reversões	Totais		Quantias líquidas
				Aumentos	Reversões	
30.06.2022 Demonstração de resultados Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	156.514,49	-	-	-	-	156.514,49
31.12.2021 Demonstração de resultados Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	182.861,43	-	-26.346,94	-	-26.346,94	156.514,49

10.2 PROVISÕES

A 30 de Junho de 2022 não há provisões.

De referir que encontra-se em curso um processo judicial contra a Oeiras Viva, cuja acção ascende a 111 803 euros, cujo desfecho é imprevisível. Importa referir que, considerando informação do nosso advogado e avaliação da gestão consideramos que não existe fundamento para o valor da acção apresentado.

11. CUSTO DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

A conta de financiamentos obtidos Caixa Geral de Depósitos a 30.06.2022, tem valor €0,00 (Regularizada).

12. INVENTÁRIOS:

A empresa adoptou como método de custeio o custo de aquisição, utiliza o sistema de inventário permanente e o método de custeio das saídas adoptado pela empresa é o FIFO. O FIFO "primeira entrada, primeira saída" pressupõe que os itens de inventário que foram adquiridos primeiro sejam vendidos em primeiro lugar e conseqüentemente os itens que permanecem em inventário no fim do período sejam os itens mais recentemente comprados.

A 30 de Junho de 2022 e a 31 de Dezembro de 2021, o movimento ocorrido nos inventários foi o seguinte:

Valores em Euros

Quantias de inventários reconhecidas como gastos durante o período	Período 31.12.2021					Período 30.06.2022					
	Mercadorias				Totais	Mercadorias				Totais	
	Combustível	Livros e T-Shirts	Cartões Magnéticos	Outros		Combustível	Livros e T-Shirts	Cartões Magnéticos	Outros		
Demonstração do custo das mercadorias											
inventários no começo do período	+	0,00	870,65	4.853,66	1.596,53	7.320,84	0,00	134,15	2.365,85	1.271,81	3.771,81
Compras	+	223.678,28	0,00	0,00	0,00	223.678,28	92.807,49	0,00	0,00	4.843,86	97.651,35
inventários no fim do período	-	0,00	(134,15)	(2.365,85)	(1.271,81)	(3.771,81)	0,00	(134,15)	(2.365,85)	(6.115,67)	(8.615,67)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	=	223.678,28	736,50	2.487,81	0,00	227.227,31	92.807,49	0,00	0,00	0,00	92.807,49
Totais	=	223.678,28	736,50	2.487,81	0,00	227.227,31	92.807,49	0,00	0,00	0,00	92.807,49

As Mercadorias em consignação são mercadorias que são colocadas junto do vendedor, apesar do seu dono original (fornecedor) não perder a sua propriedade, isto até que o vendedor consiga vendê-las, momento no qual ele repassará ao dono das mercadorias o montante acordado (o preço de venda das mercadorias, eventualmente deduzido de uma comissão para o vendedor).

O combustível é uma mercadoria à consignação. O preço praticado está de acordo com os preços de referência da Galp Energia que vigoram no momento da sua entrega, deduzidos dos descontos indicados. A margem de revenda depende do tipo combustível e é faturada mensalmente.

13. RÉDITO:

Os rendimentos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração de resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante do proveito correspondente possa ser razoavelmente quantificado. As vendas e prestações de serviços nos exercícios findos em 30 de Junho de 2021 e 30 de Junho de 2022 foram as seguintes:

Valores em Euros

Quantias dos réditos reconhecidas no período	Período 30.06.2022			Período 30.06.2021		
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior
Venda de bens						
Combustíveis	98.478,55	6,78%	91,17%	51.514,03	8,83%	9,97%
Outros	159,39	0,00%	9,52%	145,54	0,00%	(61,33%)
Prestação de serviços						
Piscinas	446.977,19	30,79%	148,18%	180.101,82	32,54%	(47,68%)
Pavilhões	226.852,33	15,63%	108,21%	108.951,46	12,83%	(46,19%)
Auditórios	87.513,10	6,03%	155,31%	34.277,56	3,01%	(44,10%)
Porto Recreio	562.094,89	38,72%	38,67%	405.340,07	39,99%	(21,62%)
Posto Turismo	0,00	0,00%	0,00%	72.124,80	0,00%	0,00%
Outros	29.491,54	2,03%	11,74%	26.393,14	2,77%	(20,44%)
Totais	1.451.566,99	100,00%	65,17%	878.848,42	100,00%	(35,07%)

14. SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

14.1 SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO

Como contrapartida das obrigações assumidas pela empresa foi atribuído no exercício de 2002 pela Câmara Municipal de Oeiras a título de indemnização compensatória o montante de 324.314,00 euros, sendo uma parcela no valor de 200.000,00 euros pela realização das obras de reabilitação dos equipamentos sob gestão da Empresa, e no exercício 2003 o valor de 310.000,00 euros sendo 60.000,00 euros destinados às obras.

Em 2004 a atribuição do montante de 124.000,00 euros incluída na Indemnização Compensatória total de 400.000,00 euros foi totalmente reconhecida como Subsídio á Exploração uma vez que a empresa não subcontratou entidades externas para a realização das ditas obras, mas efectuou-as ela própria através da sua equipa de manutenção.

Em 2005 foi recebido da Câmara Municipal de Oeiras para reabilitação dos equipamentos sob gestão da Oeiras Viva, E.M o montante de 71.250,00 euros, verba incluída na Indemnização Compensatória atribuída em 10 de Janeiro de 2005 no total de 500.000,00 euros.

No mesmo exercício considerando a transferência da gestão do Porto de Recreio de Oeiras para a Oeiras Viva, E.E.M. e a exigência de instalação e financiamento do diverso equipamento, cuja aquisição não se encontrava estabelecida no contrato programa de 10 de Janeiro de 2005 foi celebrado em 2 de Agosto de 2005 a atribuição de um reforço da Indemnização Compensatória inicial no montante de 150.000,00 euros.

No exercício de 2006 foi atribuído através da Proposta de Deliberação n.º 340/06 a atribuição de uma comparticipação financeira no valor de 500.000,00 euros a título de indemnização compensatória nos investimentos de rendibilidade não demonstrada a efectuar no âmbito da recuperação dos equipamentos das instalações desportivas a saber (valores em euros):

* Piscina Oceânica de Oeiras	190.550,00
* Piscina Municipal de Outurela/Portela	55.000,00
* Piscina Municipal de Barcarena Prof. Noronha Feio	15.000,00
* Pavilhões Desportivos	80.000,00
* Auditórios Municipais	15.000,00
* Porto de Recreio de Oeiras	144.450,00

Em 16 de Fevereiro de 2007 foi assinado o Contrato-Programa n.º 47/2007 para recuperação das instalações desportivas geridas pela Oeiras Viva tendo sido atribuído o montante de 300.000,00 euros a título de comparticipação pública pelos investimentos de rendibilidade não demonstrada que esta se obriga a efectuar. Foi realizado no exercício de 2007 o montante de 253.162,84 euros distribuídos da seguinte forma (valores em euros):

* Auditórios Municipais	35.665,50
* Pavilhão Desportivo Carlos Queiroz	67.567,31
* Piscina Municipal de Barcarena Prof. Noronha Feio	11.737,78
* Piscina Municipal Outurela/Portela	11.988,52
* Piscina Municipal de Linda-a-Velha	3.577,33
* Piscina Oceânica de Oeiras	52.427,78
* Porto de Recreio de Oeiras	70.198,62

Em 18 de Fevereiro de 2008 foi assinado o Contrato-Programa n.º 16/2008 com o Município de Oeiras com a finalidade de ser realizadas intervenções de conservação e beneficiação das instalações desportivas municipais sob a gestão da Oeiras Viva, E.E.M. de forma a dotar os equipamentos de condições mínimas de segurança e conforto para os utilizadores. Foi atribuído o montante de 300.000,00 euros a título de indemnização compensatória nos investimentos de rendibilidade não demonstrada a efectuar no âmbito da recuperação dos equipamentos das instalações desportivas a saber (valores em euros):

* Manutenção	116.968,50
* Recuperação de Equipamentos	198.129,52

No exercício de 2009 foi atribuído através da Proposta de Deliberação uma comparticipação financeira no valor de 250.000,00 euros a título de indemnização compensatória nos investimentos de rendibilidade não demonstrada a efectuar no âmbito da recuperação dos equipamentos das instalações desportivas.

Em 2010 a comparticipação financeira foi no valor de 250.000,00 euros.

Os subsídios ao investimento são os seguintes:

Valores em Euros

Quantias dos subsídios reconhecidas na demonstração dos resultados e no balanço	Período 30.06.2022		Período 31.12.2021		Período 30.06.2021		
	Demonstração dos resultados	Balanço	Demonstração dos resultados	Balanço	Demonstração dos resultados	Balanço	
	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas no capital próprio (Outras variações no capital próprio)	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas no capital próprio (Outras variações no capital próprio)	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas no capital próprio (Outras variações no capital próprio)	
Não reembolsáveis Subsídios relacionados com activos	Subsídio 2002	959,70	959,62	1.919,40	1.919,32	799,75	3.038,97
	Subsídio 2003	866,16	865,91	1.732,32	1.732,07	1.026,11	2.438,28
	Subsídio 2006	181,56	1.286,84	363,12	1.468,40	181,56	1.649,96
	Subsídio 2007	38,52	1.077,95	77,04	1.116,47	38,52	1.154,99
	Subsídio 2008	305,16	3.357,68	4.944,60	3.662,84	2.472,30	6.135,14
	Subsídio 2009	1.086,12	1.085,74	2.160,12	2.171,86	1.080,06	3.251,92
	Subsídio 2010	103,56	1.552,31	207,12	1.655,87	103,56	1.759,43
	Subtotais	3.540,78	10.186,05	11.403,72	13.726,83	5.701,86	19.428,69
Totais	3.540,78	10.186,05	11.403,72	13.726,83	5.701,86	19.428,69	

De acordo com as políticas contabilísticas descritas anteriormente a composição dos subsídios a reconhecer é a seguinte:

Valores em Euros

Valores a reconhecer	Valor inicial	Valor a reconhecer
Contrato-investimento 2002	200.000,00	959,62
Contrato-investimento 2003	60.000,00	865,91
Contrato-investimento 2005	221.250,00	0,00
Contrato-investimento 2006	500.000,00	1.286,84
Contrato-investimento 2007	300.000,00	1.077,95
Contrato-investimento 2008	300.000,00	3.357,68
Contrato-investimento 2009	250.000,00	1.085,74
Contrato-investimento 2010	250.000,00	1.552,31
TOTAL	2.081.250,00	10.186,05

14.2 SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO



Em 27 de Maio de 2021, foi celebrado o Contrato-Programa n.º 342/2021, visando definir os termos e condições de prestação do serviço de interesse geral à população nas áreas do desporto, saúde e bem-estar, através da promoção do desporto e do fomento das atividades relacionadas com a saúde e bem-estar desportivo, e estabelecer a cooperação entre o acionista e a entidade no sentido de garantir a prática de preços sociais nos equipamentos desportivos no âmbito da participação da comunidade nas atividades regulares dinamizadas pela Oeiras Viva, E.M, pretendendo assim ir de encontro às previsões orçamentais para o ano 2021. A compensação atribuída por este contrato-programa foi de € 654.285,33.

Em 20 de Maio de 2022, foi celebrado o Contrato-Programa n.º 290/2022, visando definir os termos e condições de prestação do serviço de interesse geral à população nas áreas do desporto, saúde e bem-estar, através da promoção do desporto e do fomento das atividades relacionadas com a saúde e bem-estar desportivo, e estabelecer a cooperação entre o acionista e a entidade no sentido de garantir a prática de preços sociais nos equipamentos desportivos no âmbito da participação da comunidade nas atividades regulares dinamizadas pela Oeiras Viva, E.M, pretendendo assim ir de encontro às previsões orçamentais para o ano 2022. A compensação atribuída por este contrato-programa foi de € 654.312,52. A 30 de Junho de 2022 o valor reconhecido em resultados é de € 356.897,74.

15. EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO:

As políticas contabilísticas adoptadas para os efeitos de alterações em taxas de câmbio encontram-se descritos na alínea m) do parágrafo 3.1.

No exercício 2022 não houve diferenças de câmbio.

16. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO:

16.1 AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO:

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Oeiras Viva, em 13 de Outubro de 2022 e autorizadas para emissão.

17. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

17.1 IMPOSTO CORRENTE:



22

Valores em Euros

	Base de Imposto	
	2022	2021
Resultado Antes de Imposto	106.319,94	-163.895,80
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	22,50%	22,50%
Imposto sobre o lucro à taxa nominal	0,00	0,00
Proveitos não tributáveis		
Efeitos do aumento/reversão impostos diferidos	0,00	2.565,84
	0,00	2.565,84
Custos não dedutíveis para efeitos fiscais		
Correcções relativas a exercícios anteriores	3.845,53	318,87
Multas, coimas, juros compensatórios	1.464,41	0,00
Perdas por imparidade	0,00	4.308,11
Outros	0,00	0,00
	5.309,94	4.626,98
Lucro Tributável	111.629,88	-159.268,82
Prejuízos fiscais a deduzir	-89.303,90	
Matéria Coléctavel	22.325,98	
Taxa de imposto sobre o rendimentos em Portugal	17,00%	21,00%
Imposto calculado	3.795,42	0,00
Tributação Autónoma	2.237,19	1.844,87
Derrama	1.674,45	0,00
Imposto sobre o rendimento	7.707,05	1.844,87

17.2 IMPOSTO DIFERIDOS:

Os impostos diferidos mensurados a 30 de Junho de 2022 são relativos ao valor de subsídios ao investimento ainda não reconhecidos em proveitos.

Os valores são os seguintes:

Valores em Euros

Impostos difendos a 31/12/2021	Valores	Taxa de imposto	Valor de Impostos Diferidos	Tipo ID
Subsídios ao investimento não reconhecidos em proveitos	13.726,83	22,50%	3.088,47	Passivo
Impostos diferidos a 30/06/2022	Valores	Taxa de imposto	Valor de Impostos Diferidos	Tipo ID
Subsídios ao investimento não reconhecidos em proveitos	10.186,05	22,50%	2.291,79	Passivo

18. MOVIMENTO NAS RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO

Valores em Euros				
	31.12.2021	Movim. Exercício	Aplicação Resultado	30.06.2022
Capital realizado	100.965,57	0,00	0,00	100.965,57
Reservas legais	39.895,02	0,00	0,00	39.895,02
Resultados transitados	881.730,95	116.959,28	-163.174,83	835.515,40
Outras variações no capital próprio	10.638,36	-2.744,10	0,00	7.894,26
Resultado líquido do período	-163.174,83	98.612,89	163.174,83	98.612,89
Totais	870.055,07	212.828,07	0,00	1.082.883,14

O movimento ocorrido na rubrica Outras variações no Capital Próprio deveu-se fundamentalmente ao reconhecimento dos proveitos a imputar ao 1.º semestre do exercício de 2022 relativamente aos subsídios ao investimento, bem como ao ajustamento dos impostos diferidos.

Relativamente aos movimentos ocorridos na rubrica Resultados Transitados ressalva-se:

- A Assembleia Geral da Acionista de 13 de Abril de 2022, onde foi deliberado que o resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 negativo no montante de € 547.435,95 fosse aplicado em Resultados transitados.

- A proposta de deliberação n.º 429/2022 da CMO, a 18 de Maio de 2022 onde foi aprovada a transferência de € 116.959,28 a favor da Oeiras Viva relativa à apresentação do resultado líquido negativo de 2021 afim de repor o equilíbrio financeiro da empresa.

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

19.1 BASES DE MENSURAÇÃO E POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS UTILIZADAS:

As bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras encontram-se no parágrafo 3.1.

19.2 QUANTIA ESCRITURADA DE CADA UMA DAS CATEGORIAS DE ACTIVOS FINANCEIROS E PASSIVOS FINANCEIROS, NO TOTAL E PARA CADA UM DOS TIPOS SIGNIFICATIVOS DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DE ENTRE CADA CATEGORIA:

Valores em Euros

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de activos financeiros e passivos financeiros			30.06.2022			31.12.2021		
				Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Activos financeiros	Activos financeiros ao custo	Clientes	245.218,22	(156.514,49)	88.703,73	303.207,83	(156.514,49)	146.693,34
		Outras créditos a receber	331334,72	0,00	331334,72	52.269,57	0,00	52.269,57
		Subtotais	576.552,94	(156.514,49)	420.038,45	355.477,40	(156.514,49)	198.962,91
	Totais	576.552,94	(156.514,49)	420.038,45	355.477,40	(156.514,49)	198.962,91	
Passivos financeiros	Passivos financeiros mensurados ao custo	Fornecedores	192.673,98	0,00	192.673,98	215.333,27	0,00	215.333,27
		Outras dívidas a pagar	307.777,83	0,00	307.777,83	310.189,40	0,00	310.189,40
		Subtotais	500.451,81	0,00	500.451,81	525.522,67	0,00	525.522,67
	Totais	500.451,81	0,00	500.451,81	525.522,67	0,00	525.522,67	

19.3 CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS A RECEBER:

Em 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, o detalhe de outros créditos a receber é conforme segue:

Valores em Euros

	30.06.2022	31.12.2021
Clientes	88.703,73	146.693,34
Outras contas a receber:		
Outros devedores	7.199,48	4.291,08
Devedores por acréscimos de proveitos	324.135,24	47.978,49
	331.334,72	52.269,57
Totais	420.038,45	198.962,91

19.4 DIFERIMENTOS ACTIVOS:

Em 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, as rubricas do activo corrente "Diferimentos" têm a seguinte composição:

Valores em Euros

	30.06.2022	31.12.2021
Gastos a reconhecer:		
Seguros	16.993,41	15.151,11
Sistemas Informáticos/Comunicações/Manutenção Reiva	20.722,97	31.937,65
Totais	37.716,38	47.088,76

19.5 FORNECEDORES E OUTRAS DIVIDAS A PAGAR:

Em 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, o detalhe de fornecedores e outras Dividas a pagar é conforme segue:

	Valores em Euros	
	30.06.2022	31.12.2021
Fornecedores	192.673,98	215.333,27
Outras contas a pagar:		
Credores por acréscimos de gastos (a)	262.191,73	275.993,03
Outros Credores	45.586,10	34.196,37
Totais	307.777,83	310.189,40
	500.451,81	525.522,67

(a) A natureza dos saldos desta rubrica é como se segue:

	Valores em Euros	
	30.06.2022	31.12.2021
Estimativa Férias, Subsídio de Férias e Sub. Natal	156.149,10	209.025,94
Gastos diversos (Honorários, Água, Electricidade, Comunicações)	106.042,63	66.967,09
Totais	262.191,73	275.993,03

19.6 DIFERIMENTOS PASSIVOS:

Em 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, as rubricas do passivo corrente "Diferimentos" têm a seguinte composição:

	Valores em Euros	
	30.06.2022	31.12.2021
Rendimentos a reconhecer:		
Receitas Anuais Porto Recreio	174.918,30	197.437,31
Receitas Anuais Piscinas	64.962,86	56.569,12
Subsídio Exploração - Contrato programa preços sociais	297.414,78	0,00
Totais	537.295,94	254.006,43

19.7 OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS:

Em 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, as rubricas do ativo não corrente "Outros activos financeiros" têm a seguinte composição:

Valores em Euros

	30.06.2022	31.12.2021
Outros Activos Financeiros:		
Fundo de compensação do trabalho	7.279,24	6.820,04
Gastos a reconhecer (a)	189.123,77	221.680,42
Totais	196.403,01	228.500,46

No decorrer do ano 2019, foram efectuadas diversos trabalhos de remodelação e decoração da Piscina Oceânica de Oeiras, no montante global de € 393.917,50.

Foi entendimento da Administração que o gasto incorrido com esses trabalhos fosse reconhecido em 6 anos, período de vida útil estimado pela gestão. O montante de € 189.123,77 corresponde ao gasto diferido, sujeito a reconhecimento nos períodos subsequentes a Junho de 2022, cujo término ocorrerá em Maio 2025, de acordo com mapa seguinte.

Valores em Euros

	Gastos reconhecidos					Total
	30.06.2022	2022	2023	2024	2025	
Mobiliário Exterior	12.066,67	12.266,67	24.333,33	24.333,32	8.773,79	81.773,78
Deck	15.491,41	15.748,17	31.239,58	31.239,58	12.495,83	106.214,57
Manutenção equipamento	4.998,59	5.081,42	10.080,00	10.080,00	3.452,06	33.692,07
	32.556,64	33.096,26	65.652,91	65.652,91	24.721,69	221.680,42
Totais	32.556,64		189.123,77			221.680,42

20. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

A 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, o número de pessoas ao serviço era conforme segue:

	30.06.2022	31.12.2021
Administração	1	1
Restantes pessoal	77	72
Totais	78	73

De acordo com o paragrafo 3.1, os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho nocturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Administração.

A 30 de Junho de 2022 e a 30 de Junho de 2021, as remunerações atribuídas foram as seguintes:

Valores em Euros

Benefícios de curto prazo dos Empregados	Período 30.06.2022	Período 30.06.2021
Remuneração Órgãos Sociais	33.047,77	26.986,87
Remuneração do Pessoal	548.172,73	527.511,95
Indemnizações	0,00	4.770,66
Encargos s/ remunerações	137.820,89	134.554,96
Seguros Acidente trabalho	16.788,34	13.720,03
Outros Gastos c/pessoal	8.637,51	4.041,43
Totais	744.467,24	711.585,90

21. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Os honorários totais relativos a serviços de Revisão Legal das Contas ao exercício findo em 30 de Junho de 2022 ascenderam a 8.400 Euros.

A empresa tem 2 dívidas ao Estado referentes aos processos inspectivos mencionados na nota 22.5, cujas acções totalizam € 208.764,48. De salientar que, tendo em conta a informação obtida junto do advogado e referente ao processo de IVA de 2006, foram apresentados articulados pelas partes, tendo a AT, em sede de contestação procedido à revogação do valor de 47 366 €, e à anulação dos correspondentes juros compensatórios por considerar que este montante não está sujeito a IVA. Quanto ao processo de IVA de 2007 e 2008, foi proferida sentença, julgado parcialmente procedente a impugnação, tendo sido anulada, por ilegalidade, a liquidação de 36 535 €. Por conseguinte, o valor em dívida nesta data é de € 75.143,58 conforme informação constante no portal da Autoridade Tributária.

22. OUTRAS INFORMAÇÕES

22.1 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS:

A rubrica de "Estado e Outros Entes Públicos" nos exercícios findos em 30 de Junho de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, tem a seguinte composição:

Valores em Euros

	30.06.2022	31.12.2021
Estado - saldos credores:		
Imposto sobre o rendimento	7.707,05	1.844,87
Retenção IRS	21.034,36	11.820,61
IVA a pagar	59.803,79	59.468,27
Seg. Social	51.841,51	51.286,75
Outros	1.611,63	386,05
	141.998,34	124.806,55

22.2 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS:

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 30 de Junho de 2022 e 2021 tem a seguinte composição:

Valores em Euros

	30.06.2022	30.06.2021
Trabalhos especializados	72.381,58	77.958,75
Publicidade	1.304,77	3.584,33
Vigilância e segurança	27.510,50	33.861,05
Honorários	174.492,72	218.198,29
Conservação e reparação	84.004,74	82.962,12
Ferramentas e utensílios	36.959,06	17.511,12
Material de Escritório	2.554,93	2.219,58
Electricidade	118.594,47	78.900,78
Combustíveis	7.401,64	2.912,05
Água	43.265,99	30.300,34
Gás	122.617,70	52.800,53
Rendas e Aluguéis	17.033,99	3.557,76
Comunicação	14.438,27	14.431,00
Seguros	16.680,28	15.870,55
Limpeza, higiene e conforto	90.400,10	72.613,27
Outros	3.496,38	4.131,14
Totais	833.137,12	711.812,66

22.3 OUTROS GASTOS:

A rubrica de "Outros gastos" nos exercícios findos em 30 de Junho de 2022 e 2021 tem a seguinte composição:

Valores em Euros

	30.06.2022	30.06.2021
Impostos	1.305,73	1.608,10
Correcções relativas exercícios anteriores	3.845,53	207,46
Quotizações	797,35	1.330,98
Multas e penalidades	1.351,00	0,00
Outros	1.794,04	668,98
Totais	9.093,65	3.815,52

22.4 OUTROS RENDIMENTOS:

A rubrica de "Outros rendimentos" nos exercícios findos em 30 de Junho de 2022 e 2021 tem a seguinte composição:

	Valores em Euros	
	30.06.2022	30.06.2021
Rendimentos suplementares	11.905,67	7.292,28
Correcções relativas exercícios anteriores	338,76	1.387,88
Reconhecimento subsídios investimento (nota 14)	3.540,78	5.701,86
Outros	2.688,85	2,96
Totais	18.474,06	14.384,98

22.5 PROCESSOS INSPECTIVOS EM CURSO:

Durante 2010, a empresa foi notificada pela direcção Geral de Impostos (DGCI) – Repartição das Finanças de Lisboa, tendo tomado conhecimento de que seria alvo inspecção tributária dos anos 2006, 2007 e 2008.

O Projecto de Relatório da Inspecção Tributária relativamente ao exercício de 2006 foi entregue em 14 de Fevereiro de 2011 com referência do seguinte:

IRC:

1. Não foi aceite a totalidade dos valores dos contratos programa celebrados entre a Oeiras Viva e a Câmara Municipal de Oeiras, com o objectivo de manutenção dos equipamentos, como subsídios ao investimento mas sim como prestações de serviços;
2. Os encargos com as viaturas cedidas pela Câmara Municipal de Oeiras e que não fazem parte do imobilizado da empresa não são considerados indispensáveis para a realização dos proveitos ou manutenção da actividade e como tal não são dedutíveis fiscalmente;
3. Valores de facturas registados em Setembro de 2006 relativos a conservação e reparação de equipamentos, que justificam encargos suportados pela empresa respeitam a exercício de 2005 e 2004, não são aceites como custo fiscal;
4. O valor das multas, juros e coimas respeitantes a infracções não são dedutíveis para efeitos fiscais durante o exercício;
5. Não foram tributados autonomamente os encargos com o aluguer de viaturas ligeiras de passageiros durante o exercício;

IVA:

6. Os subsídios contabilizados como exploração não são sujeitos a tributação para efeitos de IVA. No entanto a DGCI considera-os como contraprestação pelos serviços prestados à Câmara Municipal de Oeiras e deve-se liquidar IVA;
7. Os valores dos subsídios ao investimento não aceites, ponto 1, são considerados como contraprestação de serviços e deve-se liquidar IVA;
8. Foi deduzido, indevidamente, o valor do IVA respeitante a encargos com viaturas ligeiras de passageiros;
9. Foi considerada indevido o valor de IVA de regularizações a favor do estado respeitante a notas de crédito emitidas pela empresa a terceiros e que por legislação é obrigatório a apresentação de documento comprovativo dos adquirentes dos serviços em causa que tenham tomado conhecimento da rectificação efectuada;

A Oeiras Viva, E.E.M. regularizou voluntariamente as situações descritas nos pontos 2, 4, 5, 8 e 9, tendo exercido o direito de audição aos restantes pontos descritos anteriormente por ter opinião discordante.

Em 21 de Outubro de 2011 foi recepcionado o Projecto de Relatório da Inspeção Tributária referente aos exercícios 2007 e 2008 com referência do seguinte:

IRC:

1. Não foi aceite a totalidade dos valores dos contratos programa celebrados entre a Oeiras Viva e a Câmara Municipal de Oeiras, com o objectivo de manutenção dos equipamentos, como subsídios ao investimento mas sim como prestações de serviços;
2. Confrontando o valor total de amortizações consideradas como custo no exercício de 2008 e o valor evidenciado no mapa de amortizações existe uma divergência que não foi aceite como custo fiscal;
3. A empresa contabilizou encargos com viaturas que não consta do seu activo, não tendo sido as mesmas aceites fiscalmente;
4. Seguro de acidentes pessoais não aceite por não se enquadrar no disposto do art.º 40 do CIRC (realizações de utilidade social);
5. Multas, juros e coimas respeitantes a infracções fiscais não consideradas na correcção ao lucro tributável;
6. Por não ter sido feito o auto de abate e entregue nos serviços competentes, não foi aceite fiscalmente o abate efectuado aos bens do activo da empresa.
7. Regularizações a exercícios anteriores considerada como despesa não documentada e como tal não dedutível fiscalmente.
8. Acréscimo nas tributações autónomas relativamente à regularização mencionada no ponto 7 e despesas com viaturas ligeiras de passageiros que se havia anteriormente considerado como viaturas de mercadorias.

Em sede de IVA:

9. Imposto não liquidado relativamente às transacções com a CMO;
10. Imposto não liquidado relativamente a prestações de serviços cuja taxa sofreu alteração e não foi rectificada.
11. IVA indevidamente deduzido relativo a despesas com aquisição de combustíveis;
12. IVA indevidamente deduzido relativos a despesas com viaturas ligeiras de passageiros.

A Oeiras Viva, E.E.M. regularizou voluntariamente as situações descritas nos pontos 1, 2, 3, 6, 7, 8, 10 e 12, tendo exercido o direito de audição aos restantes pontos descritos anteriormente por ter opinião discordante.

Relativamente ao processo judicial de 2006 foi proposta impugnação judicial de IVA em 21.02.2012, referente à impugnação das liquidações adicionais de IVA e respectivos juros compensatórios, tendo a Administração Tributária em 13.07.2012 proferido despacho de revogação parcial das liquidações impugnadas.

Em 18 de Setembro a Administração Tributária contestou, evidenciando a revogação parcial proferida oficiosamente, e mantendo a defesa das demais liquidações impugnadas e que continuam da parte da Oeiras Viva a pretender ver anuladas.

No que respeita aos processos de 2007 e 2008 foi apresentada reclamação graciosa pela Oeiras Viva em 17.02.2012. A Administração Tributária proferiu em 29.08.2012 um despacho de deferimento parcial da reclamação apresentada (pelo qual concedeu provimento ao pedido de anulação da liquidação adicional de IRC, com excepção da tributação autónoma a 10% dos encargos com viaturas referente ao ano 2008.

Na presença do indeferimento tácito das restantes situações foi apresentado em 10.09.2012 impugnação judicial junto do Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra.

22.6 GARANTIAS PRESTADAS:

De acordo com a informação existente na central de responsabilidades de crédito do Banco de Portugal, à data de 30 de Junho de 2022 a empresa prestou na Caixa Geral de Depósitos as seguintes garantias bancárias:

Entidade	Valor
Direcção Geral de Tesouro Finanças	114.415,71
Direcção Geral de Tesouro Finanças	88.224,00
	202.639,71

22.7 OUTRAS DIVULGAÇÕES:

À data de conclusão deste relatório, e derivado das atuais circunstâncias, o Conselho de Administração encontra-se a acompanhar, de forma atenta o desenrolar da atual situação de conflito na Ucrânia e as suas possíveis repercussões na economia a nível nacional e mundial, que, nesta data, ainda não são possíveis antecipar com fiabilidade. Este efeito poderá vir a ter impacto sobre a atividade da Entidade, nomeadamente por via do aumento dos preços da energia, dependendo da evolução que esta situação venha a ter no futuro.

22.8 EVENTOS SUBSEQUENTES:

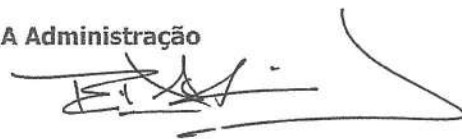
Para além do mencionado na nota anterior, não há conhecimento de eventos ocorridos após a data de balanço que afetem (ou possam vir a afectar) o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras do exercício, tendo em consideração as disposições da NCRF 24 – Acontecimentos após a Data do Balanço.

Oeiras, 13 de Outubro de 2022

O Contabilista Certificado



A Administração







Ao órgão executivo da entidade pública participante (Oeiras Viva – Gestão de Equipamentos Culturais e Desportivos, E.M.)

Lisboa, 18 de outubro de 2022

Exmos. Senhores,

Decorrente do exercício das nossas funções como Revisor Oficial de Contas da Oeiras Viva – Gestão de Equipamentos Culturais e Desportivos, E.M. (doravante Oeiras Viva) ao longo do 1.º semestre de 2022, por forma a dar cumprimento ao estipulado na alínea h), do n.º 6, do art.º n.º 25º, da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, remetemos o nosso parecer relativo à situação económica e financeira da Oeiras Viva referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2022.

Em complemento ao parecer referido no parágrafo anterior, apesar de considerarmos que tais situações não têm impacto materialmente relevante no parecer emitido, entendemos dever referir o seguinte:

1. Recomendamos que sejam reforçados os procedimentos de controlo dos recebimentos e pagamentos por forma a garantir conformidade integral entre as duas bases de informação, nomeadamente gestão comercial e as contas correntes da contabilidade.
2. É necessário proceder à revisão regular da informação contabilística do imobilizado e a informação existente no módulo de gestão do imobilizado por forma a que seja garantida a respetiva conformidade.
3. Rácios económico-financeiros:

	Junho de 2022	Junho de 2021
Rácios de funcionamento		
Rotação do ativo corrente	1.14	0.56
Rácios de liquidez		
Liquidez geral	1.08	0.81
Liquidez reduzida	1.08	0.41
Liquidez imediata	0.69	0.24
Rácios de natureza financeira		
Autonomia financeira	0.48	0.49
Solvabilidade	0.92	0.31
Rácios de rentabilidade		
Rentabilidade dos capitais próprios	0.09	-0.75
Rentabilidade do ativo total	0.04	-0.18
Rentabilidade das vendas	0.07	-0.32

Com os mais respeitosos cumprimentos,

MAZARS & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.

Representada por Luís Filipe Soares Gaspar (Revisor Oficial de Contas n.º 1003 e registado na CMVM com o n.º 20160618)

Parecer do fiscal único sobre a situação económico-financeira

Introdução

Para os efeitos do artigo.º 25, n.º6, alínea h) da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, apresentamos o nosso parecer sobre a informação financeira do período de seis meses findo em 30 de junho de 2022 da Oeiras Viva, incluída: no Relatório de Gestão Intercalar, no Relatório de Execução Orçamental, no Balanço (que evidencia um total de ativo líquido de 2 264 921 euros e um total de capital próprio de 1 082 883 euros, incluindo um resultado líquido de 98 613 euros), na Demonstração dos resultados por naturezas, na Demonstração das alterações no capital próprio, na Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e no correspondente anexo.

As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que resultam dos registos contabilísticos.

Responsabilidades do órgão de gestão

É da responsabilidade do órgão de gestão a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF) adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística, e pela criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro.

Responsabilidades do auditor

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma conclusão sobre a informação financeira e restantes documentos acima referidos. O nosso trabalho foi efetuado de acordo com as normas internacionais de revisão limitada de demonstrações financeiras e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Estas normas exigem que o nosso trabalho seja conduzido de forma a concluir se algo chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras, como um todo, não estão preparadas em todos os aspetos materiais de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF) adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Uma revisão limitada de demonstrações financeiras é um trabalho de garantia limitada de fiabilidade. Os procedimentos que efetuámos consistem fundamentalmente em indagações e procedimentos analíticos e consequente avaliação da prova obtida

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

mazars

Parecer

Com base no trabalho efetuado, a informação financeira do período de seis meses findo em 30 de junho de 2022 apresenta de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Oeiras Viva em 30 de junho de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF) adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Ênfase

Conforme referido na Nota 22.5 do Anexo às demonstrações financeiras com referência a 30 de junho de 2022, em resultado da inspeção tributária a que foi sujeita aos exercícios 2006 a 2008, em sede de IRC e IVA, foram recebidas liquidações adicionais de IVA, contestadas pela Administração.

Lisboa, 18 de outubro de 2022



MAZARS & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, SA

Representada por Luís Filipe Soares Gaspar (Revisor Oficial de Contas nº 1003 e registado na CMVM com o nº 20160618)



oeirasviva.pt